

REVISTA DE SEGUROS

• CNSEG FAZ 70 ANOS FIRME NO PROPÓSITO DE INSERIR O SEGURO NO CENTRO DAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS

• PROTEÇÃO VEICULAR É TEMA DE INICIATIVA PARA ALERTAR CONSUMIDORES SOBRE AS ARMADILHAS

• RISCO DE INCÊNDIO EM NAVIOS ESTÁ NO ROL DAS PREOCCUPAÇÕES DA INDÚSTRIA GLOBAL DE SEGUROS

MINISTRA TEREZA CRISTINA DESTACA IMPORTÂNCIA DO SEGURO RURAL NA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DO PAÍS

PONTO DE
ATENÇÃO:
DEMANDA
DE RECURSOS
HÍDRICOS
PRECISA BAIXAR
NA ATIVIDADE
AGRÍCOLA

ROUBO E FURTO
AVANÇAM NO CAMPO
E PREOCUPAM
PRODUTORES

Nascemos pioneiros!

50 anos

Ao longo desta jornada, expandimos,
mudamos de nome, inovamos
sem perder a nossa essência!



Curso para Habilitação de Comissário de Avarias.
Rio de Janeiro (RJ). 1975.



Integração de Colaboradores.
Rio de Janeiro (RJ). 1990.



Espaço Nuv.ens.
São Paulo (SP). 2020.



Sala do Futuro.
São Paulo (SP). 2020.

A Escola de Negócios e Seguros (ENS) comemora 50 anos!

Data que coroa uma história de pioneirismo e sucesso construídos em meio século de atuação. Sucesso que pertence a todos, colaboradores e corpos discente e docente, que fizeram parte da Instituição durante este tempo. Com o mesmo entusiasmo, pavimentamos a estrada para os próximos 50 anos!

ens.edu.br



50 ens
anos

A sua Escola
de Negócios
e Seguros.



06

ENTREVISTA

Ministra Tereza Cristina, do MAPA, fala da importância do seguro rural para o agronegócio e diz que, em 2020, a área agrícola protegida no País alcançou o recorde de 13,7 milhões de hectares.



35

ECONOMIA PRATEADA

Potencial dos seguros para idosos é pouco explorado no País, que tem 35 milhões de pessoas com mais de 60 anos. Maioria das seguradoras não tem produtos para este público.

43

FALTA DE INSUMOS

CNI constata em sondagem especial que 91% das empresas nacionais foram afetadas pela escassez de insumos e matérias-primas, freando a retomada da indústria brasileira.

11

RISCO NO CAMPO

Observatório da Criminalidade no Campo, da CNA, joga luzes sobre os crimes nas áreas rurais, tema esquecido pelas autoridades públicas e sem efetividade na solução dos casos.



15

CRISE HÍDRICA

Agravada pelas mudanças climáticas, a redução das chuvas volta a deixar em alerta autoridades ambientais, gestores do abastecimento público, empresas e consumidores.

25

IMPACTOS DA PANDEMIA

Um olhar retrospectivo sobre as consequências da Covid-19 na economia brasileira, a despeito da vacinação, mostra um cenário desafiador no terreno do trabalho e da renda.



31

PROTEÇÃO VEICULAR

Atentas aos riscos, entidades do mercado lançam a iniciativa “Proteção veicular não garante proteção” para alertar o consumidor.

47

SEGUROS MARÍTIMOS

Os grandes incêndios em navios porta-contêineres estão entre os maiores riscos para a indústria global de seguros, como mostrou o acidente com o navio Maersk Holman, em 2018.

EXPEDIENTE



Confederação Nacional das Empresas
de Seguros Gerais, Previdência Privada e
Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE

Marcio Serôa de Araujo Coriolano

1º VICE-PRESIDENTE

Roberto de Souza Santos

VICE-PRESIDENTES NATOS

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade,
João Alceu Amoroso Lima, Jorge Pohlmann Nasser e
Marcelo Gonçalves Farinha

VICE-PRESIDENTES

Gabriel Portella Fagundes Filho, Ivan Luiz Contijo Junior e
Luciano Snel Corrêa

DIRETOR NATO

Luiz Tavares Pereira Filho

DIRETORES

Edson Luís Franco, Eduard Folch Rue, Fernando Perez-Serrabona Garcia, Francisco Alves de Souza, José Adalberto Ferrara, Leonardo Deike Boguszewski, Márcio Hamilton Ferreira, Murilo Setti Riedel, Nilton Molina, Patrícia Andrea Freitas Velloso dos Santos, Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão e Pedro Pereira de Freitas

REVISTA DE SEGUROS

Véculo de notícias de interesse do Mercado Segurador

DIRETORA

Solange Beatriz Palheiro Mendes

EDITORA-CHEFE

Vera Soares – Jornalista – MTb 17.910-RJ

EDITORES EXECUTIVOS

Neide Fujioka e Wagner Ricardo

EDITORA DE IMAGEM

Cláudia Mara Alcon dos Santos

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

Alexandre Henriques Leal Neto, Luiz Tavares Pereira Filho, Marcio Serôa de Araujo Coriolano, Solange Beatriz Palheiro Mendes e Vera Soares

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Via Texto Agência de Comunicação

REVISÃO

Interponto

COLABORADORES

André Felipe de Lima, Bianca Rocha, Chico Santos, Francisco Luiz Noel, João Maurício Carneiro, Jorge Clapp, Letícia Nunes, Mário Moreira, Michel Alecrin, Raquel Perin e Thaís Ruco

FOTOGRAFIA

Alessandro Dantas, arquivo CNseg, arquivo pessoal, banco de imagens Google, CNA, divulgação de empresas e Guilherme Martimon.

PROJETO GRÁFICO

Lemon Comunicação & Conteúdo

DESIGNER DA CAPA

Maicon Silva

DIAGRAMAÇÃO

Agência Eclipse

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Superintendência Executiva de Comunicação e Imprensa - CNseg
Rua Senador Dantas, 74/I2º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777
www.cnseg.org.br
E-mail: claudiamarara@cnseg.org.br

Escritório CNseg/Brasília
SCN/Quadral/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center – salas 1601 a 1612

PERIODICIDADE

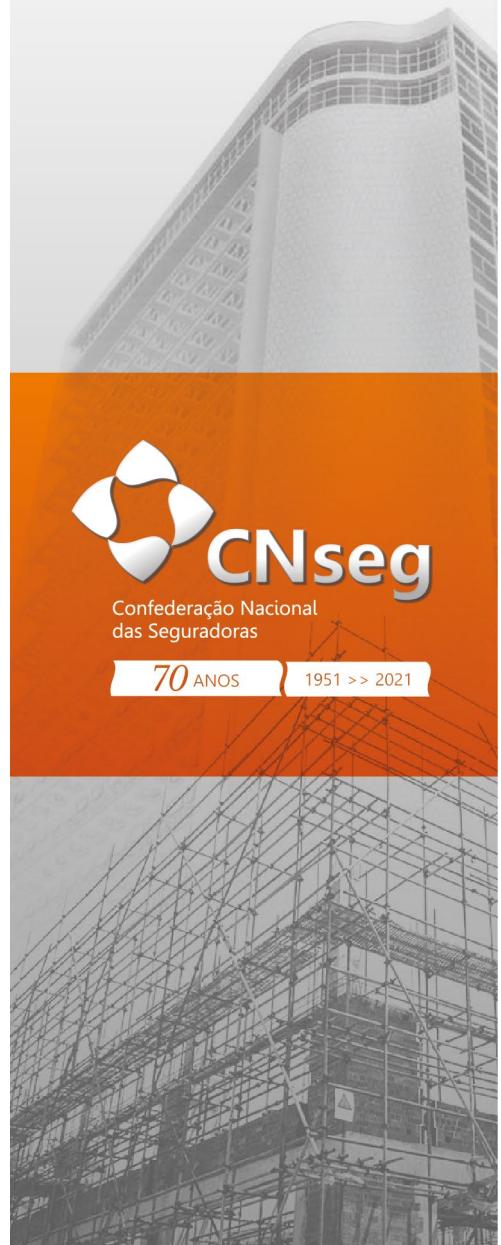
Trimestral

CIRCULAÇÃO

Digital: 4.000 destinatários
Por conta da pandemia do novo coronavírus,
essa edição não será impressa.

• DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Sete décadas
difundindo
a cultura
do seguro.





O PAÍS QUE PLANTA GRÃOS, COLHE ESPERANÇAS E RIQUEZAS, ENFRENTA DESAFIOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

O Brasil agrícola, tema de capa de nossa edição, é um exemplo de setor que cresce chova ou faça sol, mesmo que fora das medidas. Já somos o terceiro país do mundo na produção de alimentos, grandes exportadores de grãos e de proteína animal e uma das nações que menos subvencionam sua agricultura, conta a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, em entrevista exclusiva dada à Revista de Seguros. E, com enorme regularidade, bate recorde atrás de recorde na produção de grãos. Existe até a possibilidade de que a safra 2021/2022, mesmo com a escassez de chuvas em regiões produtoras neste momento, poderá estabelecer mais um número histórico. Melhor: o País ainda tem 90 milhões de hectares de terra que podem ser, em parte, incorporados à agricultura.

O avanço do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) é, para a ministra, uma das ferramentas fundamentais para manter o dinamismo da cadeia do agronegócio, já que o seguro permite a continuidade da atividade, acesso a novos créditos e reduz a necessidade de renegociação de dívidas.

Nem tudo, no entanto, são flores na cadeia do agro. A riqueza semeada pelo campo começa a atrair “uma praga” mais presente nas grandes cidades: o roubo e furto a propriedades rurais. As fazendas operam grandes valores monetários

materializados em equipamentos, insumo e produção. São como pequenos bancos, mas instalados em estradas vicinais, em áreas de baixa densidade populacional, de precária conectividade rural, fatores que facilitam a ação das quadrilhas, reconhece a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que desde 2017 monitora o avanço da criminalidade no campo.

A sustentabilidade, por fim, é outro capítulo desafiante tratado no agronegócio. A agropecuária, mais especificamente a irrigação, apresenta os maiores desafios, pois, até 2040, o crescimento previsto da área irrigada é de 76% e o da demanda hídrica, de 66%.

Além dos riscos de crise hídrica causados pela irregularidade das chuvas - a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico aponta a necessidade de obras de infraestrutura e projetos no valor de R\$ 27,5 bilhões para garantir o abastecimento até 2035 -, o País terá de enfrentar um enorme passivo social provocado pela pandemia. Pobreza, desigualdade e trabalho infantil são impactos indiretos causados pela pandemia. O Brasil e a América Latina estão entre as regiões que tiveram seus indicadores socioeconômicos agravados. Uma jornada extenuante à vista no caminho do conserto da nação.

O risco da escassez de insumos e matérias-primas é tema de reportagem que avalia os im-

pactos disso na retomada da indústria brasileira. Segundo a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), desde março, 91% das empresas nacionais consultadas estão tendo dificuldades para receber insumos em dia e convivem com preços maiores.

Nesta edição, outro destaque é a matéria que trata do avanço da proteção veicular no País e das ações de comunicação institucional das entidades do mercado segurador para alertar a sociedade sobre as armadilhas desse mercado. Nossos leitores poderão conferir ainda dois eventos internacionais que, se forem adiados ou cancelados pela pandemia, provocarão perdas bilionárias para o mercado mundial de seguros: as Olimpíadas do Japão e a Copa do Mundo de 2022. E os reflexos disso nas taxas do seguro no-show.

Ainda falamos das perspectivas do seguro marítimo e do comportamento da sinistralidade da carteira, das lições deixadas pela pandemia no mercado de resseguros do País e da e comemoramos os 70 anos da CNseg, fundada em 25 de junho de 1951, com uma grande reportagem sobre os principais passos da história da principal entidade de representação do setor segurador. Parabéns, CNseg e a todos que construíram sua história!

• Boa leitura!

“A SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL É FUNDAMENTAL EM UM ANO COM TENDÊNCIA DE SECA”

Responsável pela gestão de um setor que não pôde parar na pandemia, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, vai agora apostar na ampliação do seguro, de forma a evitar que a seca prejudique os agricultores. “O seguro rural tem sido uma das prioridades do Ministério da Agricultura desde que chegamos aqui”, diz ela.

A adesão dos agricultores ao seguro rural tem aumentado nos últimos anos. Em 2020, por exemplo, a área agrícola com seguro contratado no Brasil alcançou um recorde de 13,7 milhões de hectares. Foram mais de 105 mil produtores atendidos e R\$ 45,7 bilhões de capitais segurados com a ajuda do Governo Federal, que subvencionou R\$ 881 milhões do prêmio das apólices. As companhias seguradoras habilitadas no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) pagaram R\$ 2,5 bilhões em indenizações aos agricultores, sendo R\$ 1,1 bilhão aos gaúchos, por causa da seca.

Para este ano, a previsão é de aplicar R\$ 976 milhões, dos quais R\$ 693 bilhões foram liberados recentemente. A ministra já trabalha para garantir a liberação do restante até o final do ano.

O Governo considera que o seguro permite a continuidade da atividade, reduz a necessidade de renegociação de dívidas e permite acesso a novos créditos, para aplicar em tecnologia nas safras seguintes.

Veja a seguir os principais trechos da entrevista exclusiva que a ministra concedeu à *Revista Seguros*.

Quais são as perspectivas de novos recordes das próximas safras agrícolas?

Apesar de a safra de inverno não estar correndo muito bem, porque temos alguns lugares do País com falta de chuva, achamos que a safra vai ser do mesmo tamanho ou um pouquinho maior do que a do ano passado. A soja já fechou acima do esperado, o que deve compensar parte das perdas

“Estamos fazendo um esforço danado aqui no Ministério da Agricultura, através da indução de políticas públicas, para que tenhamos aumento na produção de milho.”



que vamos ter com o milho na safra de inverno. Para as safras de 2021 e 2022, as perspectivas também são boas, porque todos os indicadores que acompanhamos estão 19% acima do observado no ano passado, como, por exemplo, a compra de fertilizantes, sementes e calcário. Enfim, os insumos usados na lavoura mostram uma tendência de aumento de área e de produção.

E quais são os produtos mais estratégicos e alvissareiros?

Não é uma questão de estratégia, e sim de preços. A soja, o carro-chefe das nossas commodities, com um preço excepcional e que não baixa, tem se mantido acima dos patamares esperados, não tem tido queda expressiva e está gerando uma rentabilidade muito alta para o agricultor. Como é uma cultura conhecida, que tem um manejo definido, muitos agricultores estão indo para o cultivo da soja e quem já planta vem incorporando áreas. Estamos fazendo uma força danada aqui no Ministé-

rio, através da indução de políticas públicas, para que tenhamos aumento na produção de milho.

Por quê?

As proteínas animais têm tido aumento de demanda muito forte internamente, mas no mercado externo. Precisamos produzir milho, porque para produzir proteína animal para aves, suínos e boi confinado precisamos de milho. A produção de milho no Brasil precisa aumentar e estamos trabalhando para isso, algumas questões virão no plano safra. Tivemos uma queda por causa do clima. Temos estoques de milho e de soja muito baixos no mundo todo, isso não é um problema apenas do Brasil. Existe uma demanda maior do que a oferta. Há 5 anos que não há aumento do volume de produção de milho no mundo, embora haja aumento de consumo. Então, os estoques de passagem – que é o estoque mínimo às vésperas da nova colheita – tanto do Brasil, quanto dos Estados Unidos (que sempre foram o maior produtor de milho do

mundo) e da China, estão muito baixos. Então, precisamos produzir mais milho para ter um estoque de passagem maior, para baixar o preço e ter garantida a produção de proteína animal.

O Brasil vai precisar importar milho ou conseguirá aumentar a produção?

Primeiro, vamos deixar claro: não vai faltar milho no Brasil. Mas temos preços altos porque o estoque é pequeno. Então, desde dezembro do ano passado tiramos o imposto tanto da soja quanto do milho. E agora estamos trabalhando com um outro assunto, que são os eventos de Organismos Geneticamente Modificados Livres. Estamos trabalhando nesses registros no CTNBio para que o milho americano possa entrar no País sem trazer insegurança jurídica a quem compra. O preço aqui dentro está muito alto, dando uma equivalência ainda mais baixa que os preços internacionais, mas isso traz conforto para quem precisar importar milho.

“Os produtores quando fazem o seguro da lavoura ficam tranquilos. Se houver alguma ocorrência de risco climático, serão imediatamente resarcidos dos gastos com o plantio.”

Além da safra de milho, a seca pode atrapalhar outras lavouras? Como será o seguro rural? Recentemente tivemos a notícia de liberação de R\$ 693 milhões. Virá mais?

O seguro rural tem sido uma das prioridades do Ministério da Agricultura desde que chegamos aqui, quando tínhamos R\$ 400 milhões de subvenção ao seguro e passamos para R\$ 1 bilhão. E gostaríamos de passar para R\$ 1,3 bilhão, mas temos aprovado R\$ 976 milhões para essa safra, dos quais R\$ 693 milhões já foram liberados. Isso é um ótimo sinal, um indicativo para as seguradoras de que o Governo apoia essa medida, tanto é que, com todo esse atraso no Orçamento, uma das primeiras liberações que tivemos foi na conta do seguro, do PSR.

Qual a importância do PSR para a agricultura brasileira?

Essa é uma ferramenta fundamental, principalmente em um ano com tendência de seca. Os produtores quando fazem o seguro da lavoura ficam tranquilos. Pode não acontecer nada, mas, se houver alguma ocorrência de risco climático, serão imediatamente resarcidos dos gastos com o plantio, o que hoje é muito significativo. Então,

o Ministério da Agricultura trabalha para melhorar e ampliar o PSR, porque ele é fundamental. Gosto sempre de dar um exemplo do Rio Grande do Sul, que teve dois anos muito ruins, 2019 e na safra passada. O que aconteceu? Incentivamos o produtor do estado, que não tinha a cultura de fazer seguro rural, a contratar a proteção. Houve um aumento substancial pela tomada do seguro e isso fez com que, no ano passado, quando tiveram um problema no início da safra, pudessem continuar plantando. Agora estão colhendo uma grande safra de soja no Rio Grande do Sul. Eles aprenderam que, mesmo colhendo uma safra cheia, é sempre bom fazer seguro.

E no Nordeste?

No Nordeste, temos tentado criar essa cultura, assim como no Mato Grosso, que sempre teve um clima muito definido e o risco é muito menor em relação a outras regiões. No Pronaf foi criado um projeto-piloto para incentivar a agricultura familiar e quem contrata o crédito de custeio no Programa a conhecer o seguro privado. E foi um sucesso, muita gente contratou o Pro-Agro. Agora estamos incentivando a subvenção diferenciada do seguro para milho, banana, uva e maçã, algo que atende a agricultura familiar, principalmente no Sul e no Sudeste. No Nordeste, quem usa o financiamento do Pronaf é obrigado a contratar o Pro-Agro, que é um seguro obrigatório para a agricultura familiar. Queremos que parte desses agricultores migre para o seguro privado, porque é melhor e dá mais condições. No Nordeste, ainda tem o seguro garantia de safra, que é um seguro pequeno para aquele produtor que planta milho ainda de forma muito rudimentar, planta para a subsistência.

Como funciona o Zoneamento Agrícola de Risco Climático?

Essa ferramenta chamada Zarc é feita pela Embrapa com foco no milho. No milho de safra, quando as chuvas são mais regulares, o risco é calculado em 20%. Quando chega a safrinha, que é a maior safra de milho, esse risco vai a 40%. A Embrapa calcula a janela de plantio: o agricultor pode plantar milho até o tal dia de março ou de abril, pois seu risco é menor que 40%. Acima desse dia, aí o

seguro não cobre. E isso é feito por região. O seguruo usa o Zarc para dar segurança, melhorar as informações que ele tem para essa janela de plantio. É um parâmetro. Temos feito isso para soja, milho e várias culturas, o que traz novas seguradoras para esse universo, que ainda é pequeno. As empresas têm mostrado interesse em participar do seguro rural no Brasil. Nós queremos aumentar o seguro, que é uma ferramenta fundamental e ajuda o produtor e o Governo também, porque, quando perde a lavoura, o agricultor precisa prorrogar o prazo do financiamento e vai ao banco, através do Governo, dizer que precisa de mais crédito. E nem sempre é possível. Com o seguro, ele quita seus débitos e começa de novo, sem dívida.

Com a retomada da economia global, tem muita gente apostando no aumento da procura por alimentos. Isso pode elevar preços e ainda provocar um dilema entre exportar ou abastecer o mercado interno. Como o Governo trabalha essa questão?

Houve um aumento no preço dos alimentos não só no Brasil, mas no mundo todo, e também uma mudança de hábitos. Há países que estão com demanda maior. Então, os estoques de produto estão muito baixos tanto nos Estados Unidos, como no Brasil. Temos que aumentar a oferta, produzir mais. Ano a ano, temos aumentado a nossa pro-

“No Pronaf, foi criado um projeto-piloto para incentivar a agricultura familiar e quem contrata o crédito de custeio no Programa a conhecer o seguro privado. Foi um sucesso”



“Temos 90 milhões de hectares de terras que podem ser incorporados, em parte, à agricultura. São terras agricultáveis que precisam de tratamento: calcário e fertilizantes.”

pelo produto, tanto externa quanto interna. Com o preço em alta, o produtor brasileiro está sendo estimulado a plantar uma área maior e a produzir mais, para atender o abastecimento interno e também as exportações que estão aquecidas.

Haverá um teto para exportação, se tiver problema de abastecimento?

Não, isso é o mercado que decide. As indústrias compram antecipadamente. Por isso, temos contratos futuros. Se uma indústria produz ovos ou frango, sabemos quais são os insumos, quanto se gasta de milho e de farelo de soja para fazer a ração. Então, é preciso fazer essa comercialização antecipada, sabendo que o mercado está aquecido. Isso é o que a maioria dos países faz.

O entrevero com a China prejudicou os contratos agrícolas com o Brasil?

Não tenho essa informação e nem os números mostram isso. As safras são compradas um ou dois anos antes. A safra que vamos plantar este ano já foi comercializada no ano passado. Você pode ter algum estremecimento político, mas não na área comercial. Na parte agrícola, não houve estremecimento.

“Não tenho essa informação (de que o entrevero com a China tenha prejudicado contratos agrícolas) e nem os números mostram isso. As safras são compradas um ou dois anos antes.”

Há uma briga muito grande pelo preço da carne. Como isso está sendo trabalhado?

É mais ou menos a mesma coisa que aconteceu com o arroz, que ficou com o preço comprimido por muitos anos, levando muitos produtores a quebrar e a deixar a atividade. Houve, no ano passado, um aumento da demanda interna e mundial. Tanto é que nossos parceiros do Mercosul, que exportavam só para o Brasil, passaram a exportar para outros mercados, assim como nós também fizemos alguma abertura de mercado. O preço é que iria tirar cada vez mais o agricultor da atividade que dava prejuízo, com as contas no vermelho por quatro a cinco anos. Com o aumento da demanda, o preço explodiu. Neste ano, a produção cresceu um pouco e estamos com o preço do arroz voltando ao normal – não mais ao preço que era antes, porque aquele valor acabaria com a atividade. Com a carne aconteceu a mesma coisa, tivemos muitos anos com o preço do boi muito baixo. Matou-se muitas matrizes, que faz o bezerro, e tivemos de repente uma demanda global mais alta. O Brasil, que é o maior exportador de carne do mundo, principalmente bovina, passou a exportar muito, e o preço interno realmente subiu. Há inflação dos alimentos no mundo todo, não só no

“O Brasil, o maior exportador de carne do mundo, principalmente bovina, passou a exportar muito, e o preço interno realmente subiu. Há inflação dos alimentos no mundo, não só no Brasil.”



“O Brasil é um dos países que menos subvenciona a agricultura. Hoje, somos o terceiro país do mundo na produção de alimentos. E somos grandes exportadores.”

Brasil. É ruim, mas temos que produzir mais e incentivar a pecuária para que os criadores, em vez de matar as mães, retenham suas vacas para ter um número maior de crias e recomponham o rebanho.

A pandemia chegou a causar estragos no agronegócio?

Não, talvez porque a nossa atividade aconteça no campo, onde não tem muita aglomeração. E se o produtor não plantar na data certa, não consegue plantar depois. Não dá para esperar. O Governo também teve um papel muito importante, porque deu garantias a ele. O agro entrou na lista de serviços essenciais desde o início, monitoramos muito de perto, através de um comitê de acompanhamento da Covid-19, para que tivéssemos informações não só da porta pra dentro, mas também pra fora. O que nos afligiu mais foi o escoamento da produção, num primeiro momento, mas tudo caminhou e funcionou bem na primeira safra e na segunda também. Não houve ruptura. Tanto é que tivemos duas safras muito boas nesse período. Estamos caminhando para a terceira safra e acredito que será da mesma maneira.

Em relação à terceira onda de Covid-19, há alguma nova medida para o setor rural?

São as mesmas para toda a população. Quem estiver na hora de ser vacinado, que se vacine, e use máscara mesmo estando na área rural. Evitar se aglomerar. É o que todo mundo tem que fazer. Não há nada de especial para o agricultor, que ainda tem sorte de estar numa área aberta, ao ar livre. Mas as preocupações devem ser as mesmas para todos.

E o orçamento? Tem muita gente dizendo que pode ter problemas de contingenciamento. Vai afetar a agricultura?

Temos alguma preocupação. O seguro é uma delas, tem ainda R\$ 280 milhões contingenciados, mas que vamos resolver ao longo do ano. O seguro ainda é caro. É a mesma coisa do plano safra. Não é subsídio, mas você complementa, diminui os juros ou o percentual do seguro que você paga. O Governo entra com a subvenção para que o agricultor pague um pouco menos. O Brasil não tem subsídio. É um dos países que, se comparado aos países da OCDE, está lá atrás na fila em relação a Estados Unidos, França e toda a União Europeia. O Brasil é um dos paí-

ses que menos subvenciona a agricultura. Hoje, somos o terceiro país do mundo na produção de alimentos. E somos grandes exportadores.

O campo hoje enfrenta uma nova “praga”, o roubo de cargas de insumos e de animais nas fazendas. Como o governo pretende atuar nessa questão?

É um problema que precisa ser acompanhado de perto pelas secretarias estaduais de segurança. O agro é um setor que investe, compra máquinas, insumos e animais para atender a uma necessidade da sociedade e está gerando emprego e renda pelo país. A segurança pública hoje é muito focada na área urbana, mas o estado que pretende reduzir os riscos para seu produtor rural deve buscar soluções também no campo.

E a política? Tem muita gente apostando que a senhora pode ser inclusive candidata a vice-presidente...

Minha candidatura, se acontecer, será ao Senado por Mato Grosso do Sul. Sou deputada federal e seria normal eu me candidatar à reeleição. Mas há um espaço para sair ao Senado. Vamos ver.

AGRONEGÓCIO ENFRENTA ROUBOS E FURTOS NO MEIO RURAL

O Observatório da Criminalidade no Campo, publicação da CNA, chamou a atenção para a invisibilidade da violência no campo, e a entidade passou a manter um registro de queixas

Chamado de indústria a céu aberto, o agronegócio está habituado a conviver com riscos que cercam as atividades rurais, como secas, chuvas excessivas, volatilidade dos preços das commodities etc. Uma nova “praga”, contudo, começa a ser rastreada, reconhecida e temida pelos produtores rurais de norte a sul do País: as fazendas entraram de vez no radar de quadrilhas organizadas ou não, gerando danos inesperados, riscos financeiros severos e maiores, além de ameaça à vida dos produtores rurais.

Os números de delitos, entretanto, são subnotificados porque os estados falham na catalogação dos registros de roubo e furto. Atenta a esse gargalo, desde 2017, com a publicação do Observatório da Criminalidade no Campo, a Confederação Nacional de Agricultura (CNA) joga luzes sobre um tema esquecido pelas autoridades públicas e com pouca efetividade na solução dos casos.

De lá para cá, a entidade tem mantido um serviço de registro de queixas para suprir a carência

de dados. “O estudo chama a atenção para a invisibilidade da violência no campo. Verificamos que as autoridades públicas não tinham estratégias específicas para lidar com o crescente casos de roubos e furtos no meio rural, cada vez mais qualificados. Não havia (e ainda não há) nem mesmo estatísticas e indicadores criminais - algo que é crônico de todo o sistema de Segurança Pública”, constata o coordenador administrativo do Instituto CNA, Carlos Frederico Ribeiro.

Ele lamenta que ainda se tenha uma visão idílica sobre o campo, como um lugar tranquilo, calmo e seguro. Ainda assim, ainda é um lugar menos violento, quando comparado com o meio urbano. “As propriedades rurais hoje operam grandes valores monetários materializados em equipamentos, insumos e produção. São como pequenos bancos. E isso, somado à melhora nas condições das estradas, baixa densidade populacional e precária conectividade rural, acaba atraindo criminosos. É mais fácil e lucrativo roubar cargas agrícolas, como insumos, do que assaltar um banco”, acredita o especialista.



“Verificamos que as autoridades públicas não tinham estratégias específicas para lidar com o crescente casos de roubos e furtos no meio rural, cada vez mais qualificados.”

Carlos Frederico Ribeiro, CNA



De acordo a pesquisa da CNA, realizada com produtores rurais e a partir de painéis com representantes da Polícia Militar dos estados, as áreas mais críticas são as rodovias e estradas. Não somente por conta de roubo de cargas agrícolas, mas também de automóveis. Nas áreas rurais, o que mais ocorre são abigeatos (roubo de animais).



DESTINO DOS ROUBOS

Há dois prováveis destinos das cargas ou mercadorias roubadas nas fazendas. Nas regiões produtoras próximas de fronteiras, é comum que os produtos sejam negociados em países vizinhos. Nas áreas mais centrais e distantes das fronteiras, as cargas são absorvidas pelo mercado interno, via receptação de comerciantes inescrupulosos ou produtores rurais de outros estados.

Os ladrões têm ainda preferências: nas áreas rurais, o que mais ocorre são os furtos de animais; nas estradas, roubo de cargas agrícolas (especialmente insumos) e automóveis, informa Carlos Frederico Ribeiro.

Apesquisa não quantifica as perdas geradas pelos roubos ou furtos. Mas é possível ter uma ideia numa simples navegação pela internet. Em fevereiro, uma operação que envolveu policiais civis

e militares do Mato Grosso e do Pará frustrou um dos maiores roubos da região. Um comboio com cerca de 200 cabeças de gado roubadas foi alcançado no limite entre os dois estados. Cinco bandidos foram presos em flagrante, evitando a perda de mais de R\$ 1 milhão. Cargas de insumos agrícolas podem somar perdas na casa de alguns milhões, assim como os maquinários agrícolas, dependendo do tamanho da frota.

A CNA registra as ocorrências de forma anônima pelo site www.cnabrasil.org.br ou por WhatsApp (61) 99834-7773. A ideia é produzir um novo relatório sobre os crimes no campo ainda este ano.

Os estados com maior vocação agrícola são naturalmente alvos dos roubos e furtos. Não é por acaso que a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp) criou uma cartilha para orientar produtores rurais, depois do resultado de uma pesquisa que envolveu 800 produtos de 101 municípios de São Paulo.

O estudo avaliou facilitadores a ações das quadrilhas, como falhas na segurança das unidades produtoras, estradas escuras e não mapeadas, falta de cercas e porteiras, de câmeras de monitoramento e sinal de telefone. A escolha sem critério de mão de obra é outro caminho de acesso das quadrilhas, pois seus olheiros en-

carregam-se de levantar a rotina das fazendas, identificar pontos fracos e aumentar as chances de sucesso dos crimes.



SEGURANÇA PÚBLICA

Entre as soluções, a CNA afirma que o Congresso Nacional pode debater com o Ministério da Segurança Pública a criação de Política Nacional de Segurança Pública Rural, que tenha metas, indicadores e destine recursos para estados investirem em programas de policiamento rural.

No plano estadual, os governos precisam ter indicadores criminais e fomentar o policiamento rural, inspirando-se nos bons exemplos. O programa de policiamento rural georreferenciado de Goiás está entre as experiências que podem ser replicadas.

Também as tecnologias digitais, especialmente IoT, têm muito a contribuir com a segurança pública, por meio da rastreabilidade dos bens e monitoramento constante da propriedade rural. Também são fundamentais para a melhor articulação e comunicação entre vizinhos rurais e as polícias militar e civil.

O Congresso Nacional está atento a esse grave problema enfrentado pelos empresários da área rural. O deputado Evair de Melo, vice-líder do



Governo, anunciou, durante reunião deliberativa na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara, da qual é integrante, que vai apresentar projeto de lei, criando dispositivos de combate à criminalidade rural em todo o País.

Na mesma reunião, realizada em 16 de junho, ele ressaltou: "São importantes as ações governamentais para garantir a segurança no campo. O crime no campo é um crime especializado, compartilhado e não é comum", advertiu, acrescentando que todos os dias são registrados no País assassinatos, roubos de café, pimenta, gado, pescado, tratores, caminhões, caminhonetes, bombas, defensivos e até sementes.

A tecnologia também é aliada importante no combate ao avanço da criminalidade no campo, ajudando o produtor a evitar roubos e furtos nas propriedades rurais. Nesse contexto, os drones figuram entre as tecnologias mais utilizadas seja pelo produtor, seja pelas transportadoras, principalmente no monitoramento de cargas, insumos, maquinários e animais que precisam percorrer longas distâncias.

Há quem recorra também aos chips de radiofrequência (RFID), também conhecido como "chip boi", ferramenta igualmente valiosa na prevenção e no combate ao roubo de gados, auxiliando no

controle e rastreamento do rebanho. Esse monitoramento também pode ser feito por fibras óticas, que identificam todo o tipo de aproximação de veículos e pessoas na propriedade rural.



ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO

A violência no campo também criou um mercado promissor para as empresas de segurança patrimonial, que elaboram estratégias de acordo com as necessidades da propriedade rural. Existem ainda cartilhas que orientam os produtores, como a que foi criada no Mato Grosso, pela Polícia Civil e entidades do setor.

O documento sugere, entre outros pontos, que os produtores reservem os pastos mais vulneráveis (próximos de estradas, longes da sede) para o gado mais fraco, destinando os pastos mais seguros para os animais gordos e mansos; coloquem cadeados nas porteiros para dificultar o acesso às fazendas; marquem devidamente todos os animais; não comprem animais de procedência duvidosa, pesquisem a conduta ou busquem referências antes de contratar novos empregados e suspeitem de pessoas que estejam rondando as fazendas, sobretudo à noite, com veículos com porta-malas grandes, caminhonetes, caminhonetes ou pick-ups leves.



"São importantes as ações governamentais para garantir a segurança no campo. O crime no campo é um crime especializado, compartilhado e não é comum."

Evair de Melo, deputado federal, vice-líder do Governo

A cartilha recomenda ainda que os funcionários sejam orientados a não fornecer informações sobre a propriedade a pessoas estranhas; evitar manter na fazenda muito dinheiro em espécie, mobília ou equipamentos caros ou de armas cobiçadas por criminosos; carregar, sem segurança, dinheiro para o pagamento de funcionários e nunca deixar a fazenda abandonada (sem caseiro).

Essas ferramentas têm sido cada vez mais usadas nos estados em que cresce mais rapidamente a criminalidade na área rural, como o Paraná, onde, segundo dados da Secretaria Segurança Pública, foram registrados nos últimos três anos mais de 2,3 mil roubos a propriedades rurais e 19,2 mil furtos, o que representa uma expressiva média de 20 casos diários, ou quase uma ação violenta a cada hora.

SOLUÇÕES PARA OS CRIMES NO CAMPO PASSAM PELO SEGURO



Essas ações que visam combater a criminalidade no campo e reduzir os prejuízos causados aos empresários rurais passam necessariamente pelo seguro, que já oferece uma gama expressiva de coberturas importantes para esse segmento econômico.

Segundo o Presidente da Comissão de Seguro Rural da FenSeg, Joaquim Francisco Rodrigues Cesar Neto, no final de 2020, havia mais de 80 culturas protegidas pelo seguro agrícola em cinco grupos. Ele frisa ainda que, dependendo da seguradora, o seguro para equipamentos e máquinas agrícolas, por exemplo, pode incluir a cobertura para os roubos e furtos. Esse seguro protege tratores, colheitadeiras, retroescavadeiras e implementos contra prejuízos inesperados, incluindo

danos físicos, incêndio, colisão, tombamento, vendaval, inundação, roubo e furto qualificado.

O seguro agrícola também auxilia os agricultores a atender seus compromissos, principalmente de financiamentos, e a adquirir insumos, que são muito custosos, em especial nos casos dos defensivos e fertilizantes. O seguro é importante ainda para proteger o agricultor que opta pela prática do “barter”, quando a aquisição de insumos, por exemplo, é paga com a produção dos grãos”, informa.

O mercado busca, agora, aumentar ainda mais o número de agricultores que contratam o seguro agrícola, incluindo para a pecuária, setor em que a demanda ainda é “bem discreta” no País, embora venha crescendo.



“A demanda maior vem dos produtores de grãos, em decorrência do expressivo crescimento dos investimentos na produção, que aumentam a necessidade e o interesse pelo seguro.”

Joaquim Francisco Neto, FenSeg

“A demanda maior vem dos produtores de grãos, em decorrência do expressivo crescimento dos investimentos na produção, que aumentam a necessidade e o interesse pelo seguro”, destaca Joaquim Francisco Neto, acrescentando que houve um aumento da ordem de 40% na receita de prêmios, o que deve se repetir este ano.

REDUÇÃO DAS CHUVAS REPRESENTA RISCOS PARA A SEGURANÇA HÍDRICA

Para garantir abastecimento aos brasileiros até 2035, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico aponta a necessidade de obras de infraestrutura e projetos no valor de R\$ 27,5 bilhões.

O privilégio de dispor de 12% de toda a água do planeta não livra o Brasil do risco de viver situações de escassez em tempo de estiagem, que se estende do outono à primavera. Agravada pelas mudanças climáticas, a redução das chuvas volta a deixar em alerta autoridades ambientais, gestores do abastecimento público, empresas e consumidores. Passados sete anos da crise de abastecimento que afetou São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades do Sudeste, assim como do Nordeste, o tema da segurança hídrica permanece na agenda nacional, apesar das diversas medidas que vêm sendo adotadas pelo País para garantir a oferta e racionalizar a demanda.

O panorama da quantidade, qualidade, uso e gestão da água é reportado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) no Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no

Brasil 2020. Segundo o trabalho, base para avaliação do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) 2006-2021 e formulação do plano 2022-2040, o País possui 233 comitês de bacias hidrográficas, tendo arrecadado R\$ 3,4 bilhões com a cobrança pela água de rios federais usada por empresas desde a vigência da Política Nacional de Recursos Hídricos, de 1997. Nesses rios, 167,7 mil usuários estavam autorizados a captar até 4.330 metros cúbicos por segundo (m³/s) em 2019.

Da demanda total de 2.083 m³/s de água em 2019, de acordo com o relatório da ANA, a irrigação utilizou 1.038 m³/s (49,8%); o abastecimento humano nas cidades, 506 m³/s (24,3%); e a indústria, 202 m³/s (9,7%). A esses usos, que somaram 83,8%, juntaram-se os da pecuária e outras criações, 175 m³/s (8,4%); termelétricas, 93 m³/s (4,5%); mineração, 36 m³/s (1,7%); e abastecimento rural, 34 m³/s (1,6%). A Região Sudeste

lidera o consumo de água no abastecimento urbano, na indústria e na irrigação (que também é expressivo no Sul) ao passo que o Nordeste se caracteriza pelo descompasso entre a necessidade e a disponibilidade do insumo essencial.

As secas e estiagens afetaram 22 milhões de pessoas em 2019, das quais 20,7 milhões (94%) vivem no Nordeste, registra o relatório da ANA. Os problemas de segurança hídrica estendem-se, porém, a diversas áreas espalhadas pelo País: 60,9 milhões de brasileiros moram em cidades com risco de escassez de água. Diante da situação, a agência vem autorizando iniciativas de realocação de recursos hídricos, editando regulações, fixando regras de operação de reservatórios e fazendo campanhas de fiscalização. Para garantir a segurança do abastecimento até 2035, a ANA prevê a necessidade de obras de infraestrutura e projetos no valor de R\$ 27,5 bilhões.



“O principal desafio na gestão dos recursos hídricos é o controle da poluição, principalmente no que se refere ao lançamento de efluentes sem o devido tratamento.”

Flávio Tröger, ANA



“O País tem um arcabouço de leis ambientais de vanguarda e conhecimentos científicos e tecnológicos de excelência. Contudo, as iniciativas ainda são tímidas diante dos cenários e desafios.”

Genebaldo Freire, Doutor em Ecologia



“O atual modelo de consumo não serve para a sustentabilidade nem o de produção, uso e ocupação do solo, atrelado ao desmatamento em larga escala, estimulado pelo Governo.”

Jaques Wagner, Senador



DESAFIOS DA POLUIÇÃO

A agência considera positivo o saldo do esforço generalizado, público e privado, para tornar mais racional o trato da água desde a crise hídrica de 2014, que escancarou o problema em cidades do Sudeste e Nordeste. “Por reconhecer que situações de escassez poderão vir a ocorrer de forma mais frequente no futuro, dependendo das condições e da variabilidade do clima, as instituições públicas do setor têm se esforçado para refinar suas avaliações sobre as condições de segurança hídrica, e as empresas vêm buscando ampliar essa segurança em seus sistemas produtivos”, avalia o Superintendente adjunto de Planejamento de Recursos Hídricos da ANA, Flávio Tröger.

Além de iniciativas para regular a operação de hidrelétricas em bacias como a do Rio São Francisco, Flávio Tröger aponta medidas como o aprimoramento de controles da demanda por

água e a redução de perdas nos sistemas de abastecimento de companhias e serviços municipais. Na indústria, ele destaca boas práticas de reúso de água na produção e outras atividades; e na agricultura, a adoção crescente de técnicas de irrigação mais eficientes, como a realizada por pivô central, sistema de torres giratórias que pulverizam água ao redor de forma mais econômica.

Ponto crítico da situação do abastecimento no País é, porém, o impacto das deficiências de saneamento básico sobre o estado de mananciais em regiões urbanas. “O principal desafio na gestão dos recursos hídricos é o controle da poluição, principalmente no que se refere ao lançamento de efluentes sem o devido tratamento, que podem comprometer as condições de oferta hídrica em determinadas bacias ou mesmo criar conflitos entre determinados usos, em razão da qualidade da água”, alerta o Superintendente adjunto de Planejamento de Recursos Hídricos da ANA.

Nas cidades brasileiras, 38,4% da população não dispõe da cobertura de esgotamento sanitário, segundo diagnóstico da Secretaria Nacional de Saneamento, do Ministério do Desenvolvimento Regional, com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) referentes a 2019. Do esgoto coletado, somente 49% são tratados e 21,5% desse volume não tem o tratamento apropriado. O destino desses efluentes são os rios e outros corpos d’água, inviabilizando a captação para abastecimento humano. Outra fonte poluidora são os lixões a céu aberto: 1,1 mil, segundo o diagnóstico.

No caso do esgoto, o Ministério do Desenvolvimento Regional estima que a universalização do serviço até 2035 exige investimentos de R\$ 149,5 bilhões, dois terços aplicados na coleta e o restante no tratamento. Os critérios regulatórios para os aportes no esgotamento sanitário, assim como no abastecimento de água, estão redefinidos no novo marco legal do saneamento bá-



sico (Lei 14.026), sancionado e regulamentado em 2020. A meta fixada na legislação, que visa estimular investimentos privados no setor, é ter os serviços de água e esgoto universalizados no País até o fim de 2033.



PROBLEMA SANITÁRIO

Da Política Nacional de Recursos Hídricos ao novo marco do saneamento, passando por diversas normativas federais, estaduais e municipais, não falta ao Brasil legislação em defesa da água. “O País tem um arcabouço de leis ambientais de vanguarda e detém conhecimentos científicos e tecnológicos de excelência na área. Contudo, as iniciativas, principalmente no setor público, ainda são tímidas diante dos cenários e desafios”, diz o Doutor em Ecologia Genebaldo Freire. Autor de vários livros sobre o tema, ele acrescenta: “o maior desafio do Brasil é o mesmo de qualquer nação: ser melhor do que tem sido.”

A avaliação de que as medidas adotadas pelo País ainda estão aquém da problemática dos recursos hídricos é compartilhada pelo Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Ele lembra que, para a proteção da água, o Brasil tem vários compromissos no acordo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, incluídos desde o manejo sustentável à universalização do saneamento. Outro comprometimento do Estado brasileiro, firmado no Acordo de Paris, em 2015, é o reflorestamento de 13 milhões de hectares até 2030, com o consequente benefício para a conservação de mananciais.

“O problema da água passa por diversas estratégias, como a recuperação e tratamento das nascentes, o que significa adotar o reflorestamento. Em relação ao lixo, continua sendo jogado nos rios e oceanos, pois os aterros sanitários são insuficientes. O atual modelo de consumo não serve para a sustentabilidade

nem o de produção, uso e ocupação do solo, atrelado ao desmatamento em larga escala, estimulado pelo Governo. Precisamos também olhar para nossos biomas. No Cerrado, com as principais bacias hidrográficas do País, o que vemos desde a crise de 2014 é a destruição”, afirma Jaques Wagner.

O Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado salienta que, apesar da riqueza hídrica do País, cerca de 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada, vivendo em situação de vulnerabilidade sanitária. “Isso agrava o drama da saúde e do desenvolvimento socioeconômico da nossa gente. Antes da pandemia de Covid-19, tínhamos regiões gravemente afetadas pela escassez hídrica, como o semiárido nordestino; agora, os problemas sistêmicos de captação, distribuição e tratamento parecem maiores, já que a higienização constante é necessidade fundamental”, lamenta o político.



“Redobra-se a importância da tecnologia para a melhoria da eficiência no uso de água. Porém, a tecnologia não dispensa medidas complementares em direção à utilização sustentável dos recursos hídricos.”

Jaqueline Visentin, Ipea



BUSCA DE EFICIÊNCIA

A conservação dos recursos hídricos prevê, no contexto dos ODS, que o Brasil e demais países signatários da Agenda 2030 devem assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e o saneamento para todas as pessoas. As metas associadas aos objetivos buscam melhorar o aproveitamento desse bem natural, com captação e abastecimento capazes de superar os riscos de escassez. Para o monitoramento de uma das metas, um indicador é o de eficiência do uso, mensurado pela relação entre o Valor Adicionado e a demanda hídrica de cada setor econômico – equação que põe em evidência a importância da tecnologia.

No Brasil, apesar da evolução da eficiência no uso dos recursos hídricos, o indicador mostra que

ainda há muito a fazer, principalmente na agropecuária e no abastecimento, de acordo com estudo dos pesquisadores Jaqueline Coelho Visentin e Leonardo Szigethy para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Eles apuraram, com base em dados da ANA de 2019 e do IBGE, que o índice de eficiência no País foi de R\$ 76,40/m³ em 2015, com aumento de 2% sobre os R\$ 74,70/m³ de 2010. A agropecuária se manteve em R\$ 2,10/m³, os serviços melhoraram em 11,7% (R\$ 222/m³) e a indústria recuou 22,1% (R\$ 93,80/m³).

A eficiência é mais desafiadora na atividade agrícola e no abastecimento, principais demandadores de água, destaca Jaqueline Coelho Visentin, Doutora em Economia e consultora em Contas Ambientais. “Com base em dados divulgados pela ANA, verifica-se a agropecuária, mais especificamente a irrigação, apresenta os maiores desafios,

pois, até 2040, o crescimento previsto da área irrigada é de 76% e o da demanda hídrica, de 66%. O setor de serviços, que engloba o saneamento, também encara um desafio, pelos altos índices de perda na distribuição”, afirma a pesquisadora. O Índice de Perda na Distribuição (IPD) no Brasil, assinala ela, foi de 39,2% em 2019, correspondente a um terço da água distribuída.

Em face das mudanças climáticas, Jaqueline Visentin alerta que os desafios são ainda maiores, devido ao aumento das incertezas associadas à disponibilidade hídrica, alterações nos regimes de chuvas, eventos extremos e outros efeitos. Nesse cenário, ela afirma que “redobra-se a importância da tecnologia para a melhoria da eficiência no uso de água. Porém, a tecnologia não dispensa medidas complementares em direção à utilização sustentável dos recursos hídricos.”

JORNADA DA CNSEG RUMO AO DESENVOLVIMENTO FAZ 70 ANOS

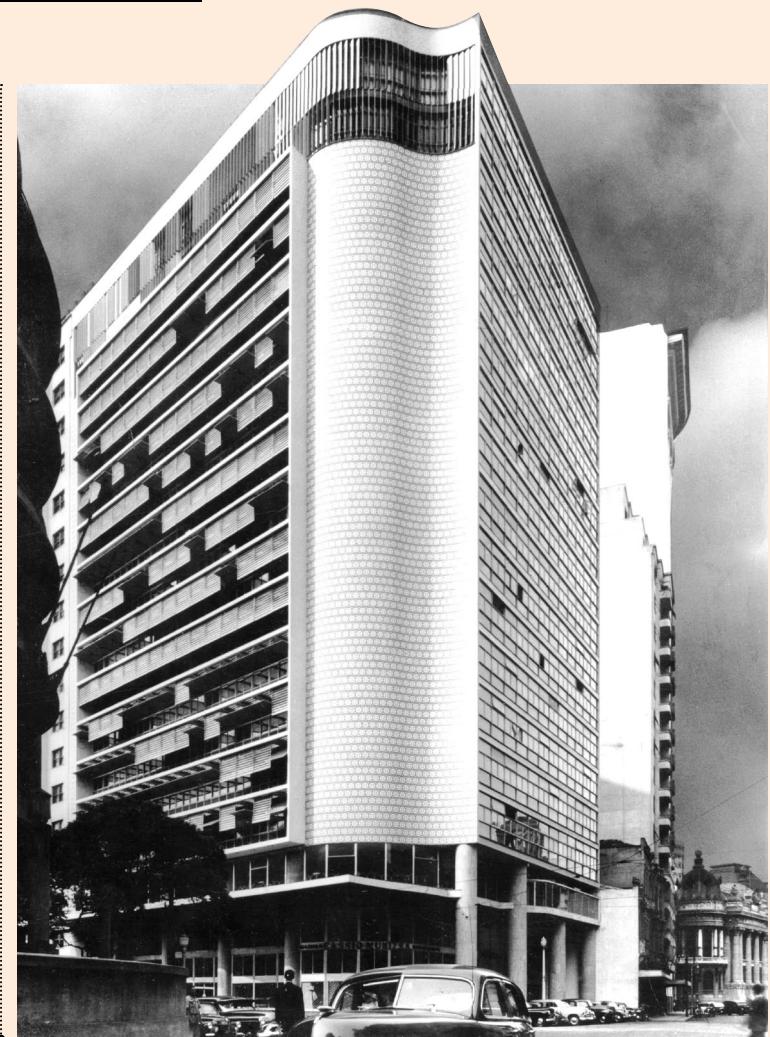
Confederação chega ao septuagésimo aniversário com a missão de expandir ainda mais o setor no País e inclui-lo definitivamente na agenda econômica nacional.

Mil novecentos e cinquenta e um. O Brasil vivia naquele ano incertezas socioeconômicas e, sobretudo, políticas do pós-guerra. Mas prevalecia um espírito norteado pela recuperação e modernização. Em janeiro, Getúlio Vargas voltava ao poder devidamente eleito e reassumia o posto máximo no Palácio do Catete com um latente espírito democrático – prova disso é que, meses depois da posse, ele sancionaria a Lei Afonso Arinos, proibindo a discriminação racial no território brasileiro. Havia, portanto, uma disposição para um novo País.

Foi nesse cenário de retomada e esperança que a indústria de seguros deu um passo significativo no mercado brasileiro com a fundação, no dia 25 de junho de 1951, da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta, a Fenaseg.

“Sim, nossa entidade surgiu em um momento desenvolvimentista da economia brasileira, em meio a enormes transformações ocorridas no País, e também como resposta ao próprio espírito de progresso da época. A década de 1950 foi marcada por grandes transformações sociais e econômicas”, afirma Marcio Coriolano, no comando da Confederação desde 2016.

O presidente da CNseg relembra que, em 1954, ganhava destaque a atuação do setor segurador no meio rural, com a constituição da Companhia Nacional de Seguro Agrícola (CNSA). Naquela década, o País enfrentava uma grande encruzilhada histórica: de um lado, o passado, o atraso e a estagnação; de outro, o futuro, a modernidade e o progresso. “Apostando na campanha de Juscelino Kubitschek (“50 anos de progresso em 5 anos de realizações”), o jovem país, que acabara de completar 450 anos, deixava a névoa do imobilismo e se apressava em direção ao futuro”, recorda.





“Além da inserção nas políticas de Estado, há outras ações que colaboram para o crescimento sustentado do setor, principalmente a retomada de uma agenda de desregulamentação.”

Márcio Coriolano, Presidente da CNseg

O Programa de Metas de Kubitschek, tido como a mais sólida decisão em favor da industrialização na história econômica do País, reuniu 31 metas subdivididas em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a meta-síntese: a construção de Brasília.

Como destaca Coriolano, a expansão da indústria automobilística, em especial, impactou diretamente o setor de seguros, que registrou sucessivas altas nas vendas do seguro de automóvel nos anos de 1956, 1957 e 1958. “No caso de Brasília, o seguro desempenhou um importante papel na edificação da nova capital, ao cobrir todos os riscos de vida e ramos elementares da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), responsável pela construção de Brasília”, assinala.

REORGANIZAÇÃO

A Fenaseg foi decisiva para a estruturação do seguro no País até 2007, quando a modernização do mercado exigiu uma desconcentração da gestão dos segmentos por ela representados. Surgiram, assim, as atuais quatro federações setoriais (FenSeg, FenaPrevi, FenaSaúde e FenaCap) que, no ano seguinte, deram origem à CNseg, que sucedeu as atribuições associativas da Fenaseg, que ainda existe como entidade sindical.

A partir dessa mudança, coube à CNseg iniciar uma jornada intensa para disseminar a cultura do seguro privado no Brasil, o tópico mais destacado de sua missão. E são indiscutíveis os resultados dessa investida incessante associada ao comprometimento dos agentes do setor (órgão regulador, seguradoras e corretores) com a incansável busca pela excelência.

A CNseg chega, portanto, aos seus 70 anos como a forte representante de um setor que cresce ano a ano a despeito do quadro macroeconômico e mesmo sem constar das prioridades das políticas públicas do Governo, um pleito histórico da instituição e meta indissolúvel da gestão de Marcio Coriolano à frente da instituição.

“Buscar incluir o setor de Seguros, Previdência e Vida, Capitalização e Saúde Suplementar no centro de políticas macroeconômicas é um com-

promisso público e histórico da CNseg. Isso é estratégico para a modernização dos marcos legais do setor, para a integração das políticas setoriais, como indústria, agricultura e meio ambiente, entre outras. É isso que poderá alavancar mais ainda o sentido da proteção securitária como poderoso fator de proteção de rendas, patrimônios, vidas, saúde e negócios em geral”, frisa Coriolano.

Além da questão da proteção, a CNseg mostra continuamente a importante contribuição dos ativos garantidores do setor para a economia do País. “Hoje, o setor está entre os maiores investidores institucionais, com R\$ 1,2 trilhão de ativos garantidores dos riscos assumidos, recursos esses que retroalimentam a economia e financiam mais de 23% da dívida pública federal”, destaca Coriolano.

Dadas todas essas características, acrescenta ele, a atividade precisa ser verdadeiramente colocada de vez no centro de medidas macro e microeconômicas. “O setor tem enorme contribuição a dar ao País, inclusive às reformas estruturais necessárias ao seu crescimento sustentável”, segundo Coriolano, para quem a história mostra que países desenvolvidos superam mais rapidamente os ciclos adversos porque contam com o apoio de um setor de seguros sólido e dinâmico.

“Além da inserção nas políticas de Estado, há outras ações que colaboram para o crescimento sustentado do setor, principalmente a retomada de uma agenda de desregulamentação historicamente reivindicada pelo setor segurador e necessária para o progresso da atividade”, avalia o presidente da CNseg, acrescentando que as iniciativas da atual administração da Susep já são nesse sentido, o que contribuirá para potencializar negócios nos diversos ramos e modalidades de seguros nos próximos anos. “Melhor ainda porque conta com respaldo do Ministério da Economia, assegurando passos rápidos em direção à desregulamentação e à desburocratização”, reconhece ele.

MARCOS DESSA HISTÓRIA

João Elísio Ferraz de Campos, que presidiu a Fenaseg na década de 1990, foi um dos protagonistas dessa transição de modelo institucional ao ser reeleito para a Presidência da entidade em 28

de setembro de 2007, ano marcado pela abertura do mercado de resseguros com a quebra do monopólio do IRB Brasil.

“Era uma bandeira do setor de seguros há muito tempo e nesse movimento, sim, a CNseg teve um papel político e institucional importante”, exalta João Elísio, que completa: “Quando assumi a Presidência da entidade, nos primeiros anos da década de 1990, a participação do mercado de seguros no PIB do País se situava, historicamente, na casa de 1%. Hoje está em torno de 4%”, destaca.

Para ele, tão importante quanto o crescimento foi o aprimoramento da atividade de seguros com o lançamento de novos produtos e o aperfeiçoamento dos existentes, e a qualificação dos profissionais das empresas. “Enfim, houve um salto de qualidade na gestão dos negócios do setor. No meu entender, é justamente isso que explica em boa parte esse crescimento expressivo”, relata.

O advogado Jorge Hilário Gouvêa Vieira, que presidiu o IRB Brasil de 1985 a 1987, assumiu a Presidência da CNseg em 2010, onde permaneceu até 2013. Ele conta ter sido indicado para, num primeiro momento de sua gestão, fixar a imagem da Confederação, que vivia seus primeiros anos após a reorganização institucional, e prepará-la para a profissionalização.

“Isso só se deu agora, com a eleição do Mário Coriolano. Antes, só seguradores assumiam a Presidência da Fenaseg/CNseg sem remuneração. Era uma contribuição que as pessoas davam à organização, e no mundo moderno isso não funciona. No passado foi preciso pensar na profissionalização, e isso foi feito com a criação de uma nova estrutura administrativa, a criação de uma diretoria-executiva, que foi ocupada por Solange Beatriz Palheiro Mendes, que está lá até hoje.” Outra importante ação empregada na gestão de Jorge Hilário foi a reestruturação das comissões temáticas.

Ele entende que o seguro precisa retomar seu espaço na política econômica do País. “A conquista tem de ser política, não pode ser só pela importância do setor. O seguro terá sua importância reconhecida pelo Governo no momento em que for dado poder político ao mercado”, sinaliza Jorge Hilário, que integrou a equipe econômica comandada por Francisco Dornel-

les, então ministro da Fazenda em 1985.

“Disse ao ministro que só aceitaria o convite se o presidente do IRB fosse o presidente do Conselho Nacional de Seguros, que depois seria responsável pela Susep. Ele aceitou e respondeu: ‘Não quero outra coisa. O ministro da Fazenda não tem tempo para tratar de seguro. Quero que você seja responsável pelo seguro, o ‘Ministro do Seguro’. Isso deu uma força muito grande ao mercado, que ainda era incipiente. Mas grandes avanços foram feitos na liberação dos seguros, acabando com as comissões fixas”, recorda Jorge Hilário.

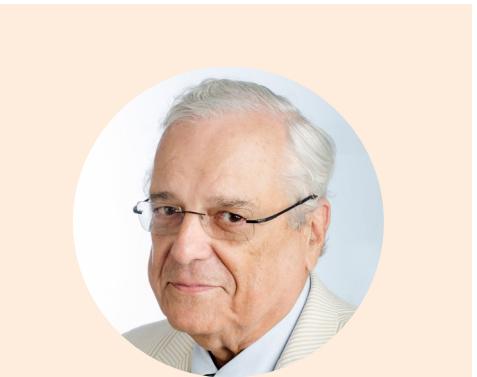
Ele ressalta, contudo, que, ao sair do Governo dois anos depois, o poder político do mercado de seguros não conseguiu ser restabelecido. “O ministro Dilson Funaro deu continuidade a esse processo e depois, um pouco no final, o Governo Sarney, mas depois nunca mais. O Ministério da Fazenda considerava o setor de seguros como algo do terceiro ou quarto escalaõ. Aí perdemos esse poder de novo.”



CULTURA DO SEGURO

Outro grande desafio da CNseg nos seus 70 anos de atividades é a disseminação da cultura do seguro pelo País. Para Jorge Hilário, a primeira ação a ser empregada é o fomento da educação financeira, o que a CNseg vem implementando com o programa de educação em seguros: “Outra coisa que já está se desenvolvendo, e muito, é a atração de jovens talentos para o mercado segurador, que antigamente não havia. O jovem sente-se bem em trabalhar no mercado segurador.”

Integrado à Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), o programa de Educação em Seguros da CNseg foi anunciado em 2016, como uma das primeiras ações da gestão de Mário Coriolano na entidade, com apoio das quatro Federações associadas, para fortalecer ainda mais as ações de comunicação educativa e realizar mudanças nas ações institucionais e de mercado, estendendo à sociedade o conhecimento estruturado e informações qualificadas e compreensíveis de um setor essencial para o desenvolvimento socioeconômico do País.



“A conquista tem de ser política, não pode ser só pela importância do setor. O seguro terá sua importância reconhecida pelo Governo no momento em que for dado poder político ao mercado.”

Jorge Hilário, ex-presidente da CNseg

O atual presidente da CNseg reforça que o programa de Educação em Seguros fortalece a conscientização sobre prevenção de riscos da população, ajudando-a a fazer compras mais qualificadas e adequadas de seguros visando prover os consumidores com o melhor entendimento possível sobre os fundamentos do seguro e as diferentes características dos produtos, entre outros propósitos.

“Ao lado da educação, vital para disseminar a cultura de seguros, a comunicação institucional estratégica é outro mecanismo para ampliar a compreensão de todos. Educação e comunicação assertiva são, enfim, duas contribuições que, de forma difusa, asseguram o crescimento sustentável do setor de seguros”, ressalta Coriolano.

Sob a bandeira da Educação em Seguros, a CNseg fortaleceu suas ações de comunicação com a criação da rádio e, mais recentemente, dos podcasts, além da inserção da Confederação nas redes sociais. Também é produzido conteúdo qualificado por meio dos Livretos de Educação em Seguros, uma série em permanente evolução, e consolidando-se um estruturado diálogo com os Procons de todo o Brasil por intermédio dos Colóquios de Proteção do Consumidor de Seguros.

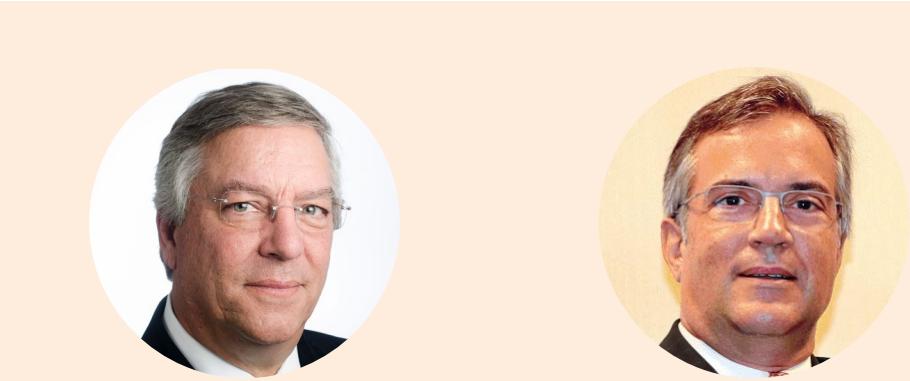
O Glossário do Seguro é outra iniciativa relevante, como cita Coriolano, consistindo em uma publicação organizada em seções que apresenta os principais conceitos que envolvem os segmentos de danos e responsabilidades, coberturas de pessoas, saúde suplementar, capitalização e microseguros. Além disso, o Glossário descreve cada tipo de produto, suas características essenciais, coberturas principais e adicionais, riscos excluídos e modalidades de contratação, além de esclarecer as dúvidas mais comuns dos consumidores.



RELEVÂNCIA DAS FEDERAÇÕES

Os presidentes das quatro federações também reforçam a importância da CNseg para o fomento da cultura do seguro. Ao completar 70 anos de atividades, a CNseg consolida-se como porta-voz de um mercado em permanente evolução, como ressalta o presidente da FenSeg, Antonio Trindade.

“A CNseg se agigantou no cenário nacional por sua importância estratégica para o cresci-



“A CNseg se agigantou no cenário nacional por sua importância estratégica para o crescimento sustentado da economia, empenho em disseminar a cultura do seguro e aprimorar a relação com os consumidores.”

Antonio Trindade, FenSeg

“É um setor pujante que não pode estar fora da pauta econômica do Brasil, principalmente em meio a uma crise que demanda proteção de patrimônios, vida e saúde, formação de poupança, geração de emprego.”

João Alceu Amoroso Lima, FenaSaúde

mento sustentado da economia, empenho em disseminar a cultura do seguro e aprimoramento do relacionamento com os consumidores. Somos testemunhas desse trabalho incansável. Ao longo destas sete décadas, a Confederação vem se dedicando com afinco a promover o desenvolvimento do mercado, fortalecendo suas associadas perante o poder público. Em um cenário desafiador como o atual, quando somos confrontados com a maior crise de saúde dos últimos 100 anos, esse papel ganha relevância ainda maior.”

Presidente da FenaSaúde, João Alceu Amoroso Lima assinala que a CNseg chega aos seus 70

anos como uma forte representante de um setor que cresce de forma contínua, independentemente de crises econômicas, especialmente a atual marcada pela pandemia da Covid-19.

“O setor de seguros representa ativos financeiros da ordem de R\$ 1,4 trilhão, com receita anual de cerca de 6,7% do PIB. É um setor pujante que não pode estar fora da pauta econômica do Brasil, principalmente em meio a uma crise que demanda proteção de patrimônios, vida e saúde, formação de poupança, geração de emprego e renda. Nesse sentido, o setor segurador tem desempenhado missão



“O mercado distribuiu, ao longo de 2020, R\$ 1,1 bilhão em sorteios, recursos que auxiliaram milhares de brasileiros a enfrentar a mais grave crise sanitária de que se tem registro em um século.”

Marcelo Farinha, FenaCap



“O modelo vigente imprimiu uma nova forma de atuação institucional, mais aderente às oportunidades e aos desafios do ambiente no qual o mercado segurador e previdenciário está inserido.”

Jorge Nasser, FenaPreví

importante, contando sempre com o apoio direto da CNseg.”

Segundo o presidente da FenaCap, Marcelo Farinha, as Federações acompanham a CNseg na linha de frente para incluir o seguro na agenda estratégica do País, contribuindo, portanto, cada vez mais para a desoneração fiscal do Estado, com ações de estímulo ao empreendedorismo, à prevenção e à responsabilidade solidária. “A CNseg tem papel indiscutível no fortalecimento do mercado segurador, em particular para o segmento de capitalização, que represento”, enfatiza.

Em 2020, mesmo diante do cenário adverso da pandemia, o segmento de capitalização injetou R\$ 19,2 bilhões no mercado, considerando os valores pagos em resgates e sorteios pelas cinco modalidades em comercialização, voltadas para pessoas físicas e jurídicas. Esses recursos ajudam a movimentar a economia e a apoiar a sociedade em um momento tão desafiador. “Para se ter uma ideia do que isso representou, o mercado distribuiu, ao longo de 2020, R\$ 1,1 bilhão em sorteios, recursos que auxiliaram milhares de brasileiros a enfrentar a mais grave crise sanitária de que se tem registro em um século, no mundo todo”, destaca Farinha.

Para o Presidente da FenaPreví, Jorge Nasser, é preciso também reconhecer a importância das instituições sucedidas pelas atuais federações como, por exemplo, a Associação Nacional da Previdência Privada (Anapp), antecessora da FenaPreví.

“Cabe um reconhecimento especial às referidas instituições, que construíram os alicerces para o modelo atual de representação institucional e que também fazem parte da comemoração destes 70 anos. Mas, sem dúvida, o modelo vigente imprimiu uma nova forma de atuação institucional, mais aderente às oportunidades e aos desafios do ambiente no qual o mercado segurador e previdenciário está inserido”, conclui Nasser.



DESAFIOS DA PANDEMIA

A mortífera escalada global da Covid-19 é, certamente, o maior desafio da humanidade desde a Segunda Guerra Mundial. Os números desse período pandêmico mostram que essa inglória e dolorosa trajetória se tornou um alerta para todos sobre as fragilidades e vulnerabilidades humanas. Como observa Marcio Coriolano, o legado da doença é de que todos devem administrar melhor e com seriedade os riscos que estão no entorno, proteger a família, a residência, o negócio, os bens que formam seu patrimônio, acumular recursos via planos de previdência.

“Naturalmente, o setor segurador, dada sua singular peculiaridade de proteger pessoas e apoiar negócios, estará cada vez mais no radar dos consumidores previdentes”, diz Coriolano. Para ele, é evidente que nada disso teria sido possível, nem a resiliência, nem os saltos de produtividade, sem o progresso tecnológico e de governança que o setor segurador soube dar.

“A tal ‘disrupção’ anunciada não precisou acontecer, porque todas as seguradoras souberam transformar esse tão propalado conceito supostamente ameaçador em programas e ações práticas de digitalização e revisão radical de processos e rotinas. O mesmo aconteceu com a formidável adaptação do setor às circunstâncias de baixa taxa de juros, compensada pelo aumento da produtividade, redução de despesas e foco na preservação da solvência.”

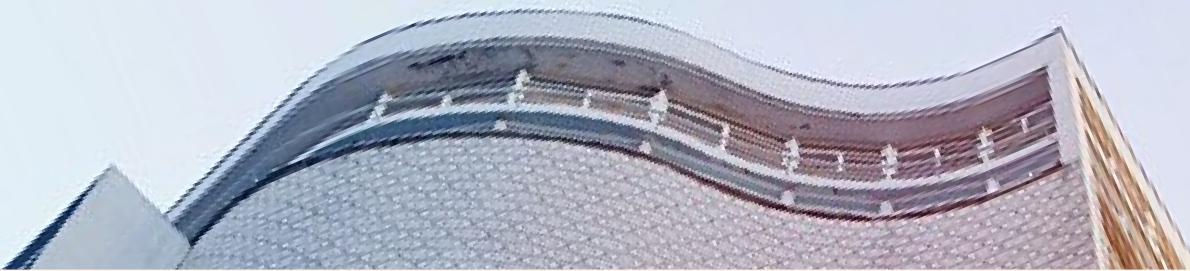
O presidente da CNseg frisa ainda que a pandemia despertou o sentimento de “finitude”, ou seja, uma experiência modificadora não só no plano pessoal, mas também no plano corporativo. Segundo Coriolano, estamos mais solidários, preocupados em não deixar ninguém para trás e atentos às questões ambientais, sociais e

de governança (ASG) nas atividades econômicas e nas decisões de investimentos.

“Em busca de uma recuperação pós-pandemia mais forte, resiliente, equitativa e sustentável. A diversidade e inclusão no setor segurador é outra pauta que entrou em nosso radar definitivamente e buscamos agora ter uma

maior equidade por gêneros, raças e credos. Lembrando sempre que a missão da CNseg é sempre contribuir para o desenvolvimento do sistema de seguros privados, representar suas associadas e disseminar a cultura do seguro, concorrendo para o progresso do País”, lembra Coriolano.

JORNADA DIFÍCIL, MAS PERMEADA POR RESILIÊNCIA TRANSFORMADORA



Marcio Coriolano construiu uma trajetória singular na indústria de seguros. Economista formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e pós-graduado em Engenharia da Produção pela Coordenação de Cursos de Pós-Graduação em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), ele ocupou relevantes cargos em órgãos públicos, inclusive na Susep, da qual foi superintendente; no campo privado, como diretor da Bradesco Seguros, diretor-gerente da Bradesco Saúde e presidente da Bradesco Saúde e Mediservice.

A chegada de Coriolano à Presidência da CNseg coincide com profundas mudanças no País, sobretudo na economia, mas também com respostas do setor de seguros a todas as adversidades que surgiram no período.

“Da minha posse no início de 2016, lembro-me de uma frase do discurso, que resume o que passava pelo meu espírito naquele momento: ‘Consolidar ao máximo as conquistas do passado e avançar na direção do que o futuro apresenta como possível’. De lá para cá, alternamos ciclos de severa recessão econômica no Brasil, iniciada em 2015 e que ultrapassou 2017, com queda do PIB de mais de 3% por ano, baixo crescimento nos dois anos seguintes — na média, de 1% ao ano — e voltamos a submergir em 2020, com queda de 4,1% do PIB.

“Feitas as contas, a economia teve enorme contração, mas o mercado de seguros permaneceu resiliente, com alternância na liderança das atividades entre os seguros de pessoas e aqueles voltados para bens e danos a terceiros. Desviando-se do PIB, o setor avançou, chegando ao crescimento superlativo de mais de 12% em 2019, mas recuando para uma taxa de 1,3% no ano passado, para R\$ 274 bilhões, dada a eclosão da pandemia”, esclarece Coriolano.

Desde a posse de Coriolano, o mercado convive com um período de crescimento heterogêneo entre ramos e modalidades de seguros. Esse comportamento diferenciado tem sido ditado pela demanda de cada setor econômico que forma a clientela dos seguros. E, principalmente, mais recentemente, pelas condições de restrição de mobilidade, desemprego elevado e perda de renda da população.

“A volatilidade permanece neste ano. Mas com uma novidade contabilizada no primeiro trimestre: a demanda por seguros se elevou, apresentando crescimento de 10,3% em comparação ao mesmo período de 2020, quando o mês de março foi afetado pela pandemia, decreta da naquele mês. A liderança cabe a Danos e Responsabilidades, seguido de Pessoas”, conclui o presidente da CNseg.

POBREZA, DESIGUALDADE E TRABALHO INFANTIL: IMPACTOS DA PANDEMIA

Brasil e América Latina vêm acumulando impactos socioeconômicos desafiadores, representados pelo aumento da pobreza, do desemprego, da desigualdade e do trabalho infantil.

Aviagem em que o mundo embarcou no dia 11 de março de 2020, quando foi declarada a pandemia da Covid-19 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ainda não terminou, apesar das esperanças trazidas pelas inúmeras vacinas desenvolvidas em tempo recorde mundo afora. Mas um olhar retrospectivo, especialmente para a realidade brasileira, que não difere muito da latino-americana, mostra um cenário desafiador no terreno do trabalho e da renda. E que só não é pior porque as tecnologias digitais ajudaram a mitigar os problemas para uma parte da população, embora, paradoxalmente, tenham ajudado a agravar a situação dos mais vulneráveis.

Para além das mais de 500 mil vidas perdidas, quase 13% dos 3,9 milhões ceifados no mundo até o fechamento desta reportagem, o Brasil e a América Latina vêm acumulando em quase 15 meses da pandemia da Covid-19 impactos socioeconômicos negativos, representados especialmente pelo aumento da pobreza, do desemprego, principalmente entre mulheres, negros e pardos, da desigualdade e do trabalho infantil que vêm sendo constatados em pesquisas regulares ou especiais de organismos dedicados a



observar esses indicadores.

O IBGE constatou em novembro do ano passado que 19,6% das pessoas haviam recebido rendimento menor do que habitualmente recebiam e, no começo deste ano, a FGV Social cruzou dados das pesquisas Pnad Contínua e Pnad Covid-19, do mesmo IBGE, para concluir que, no começo deste ano, 12,8% dos brasileiros estavam vivendo com menos de R\$ 246 por mês, que é a linha da pobreza extrema. Em números absolutos, eram cerca de 27 milhões de extremamente pobres, aproximadamente as populações dos es-

tados de Minas Gerais e Goiás juntas.

A Pnad Contínua referente a dezembro de 2020, a última disponível, mostrava que a vulnerabilidade trazida pela pandemia e a necessidade de isolamento social, única forma de evitar os riscos até que a cobertura vacinal alcance a maioria da população, atingiu a todos, mas especialmente jovens em idade de entrada no mercado de trabalho, mulheres, pretos e pardos. Estes três últimos grupos, segundo os especialistas, refletindo o impacto do isolamento sobre as atividades de serviços, a maioria delas, informais.



EFEITO DEVASTADOR

Os dados mostram que esses grupos estavam com níveis de ocupação abaixo da metade dos contingentes desses estratos aptos a trabalhar, aprofundando desequilíbrios que já existem historicamente. “O efeito da pandemia sobre o mercado de trabalho, no Brasil e no mundo, tem sido devastador”, resume o analista José Marcio Camargo, Economista-Chefe da Genial Investimentos e com longa experiência no acompanhamento do mercado de trabalho.

Camargo ressaltou que o efeito da crise sanitária sobre os trabalhadores informais no Brasil reflete a impossibilidade que a maioria desses profissionais encontra para exercer suas atividades sem a circulação normal de pessoas nas ruas, uma vez que grande parte dessas atividades é exercida de forma presencial. No mercado formal, o trabalho remoto tornou-se uma alternativa disseminada (veja box na pág. 30), amenizando os efeitos perversos da pandemia.

No caso das mulheres, o economista lembra que mesmo alguns serviços formais, nos quais a participação feminina é dominante, como o trabalho doméstico e os serviços de cabeleireiro e manicure, exigem o contato presencial para serem exercidos, o que explica o motivo pelo qual as estatísticas estão mostrando a incidência maior da crise sobre elas.

A situação brasileira, constatada pelo IBGE e avaliada por Camargo, não é diferente na região da América Latina. Em entrevista por e-mail à “Revista de Seguros”, o Diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a América Latina e Caribe, Vinícius Pinheiro, disse que os estudos preliminares da entidade referentes ao ano passado revelaram perdas de 26 milhões de empregos, consequência de uma redução da taxa média de ocupação regional de 57,4% para 51,7% um ano após o início da pandemia.

Pinheiro acrescentou que a gravidade maior dessa retração do emprego decorre do fato de que 80%, ou mais de 20 milhões de pessoas, ficaram sem trabalho na região simplesmente porque desistiram de procurar outra ocupação por falta de oportunidade. São os desalentados que, segundo o IBGE, eram 6 milhões somente no Brasil na virada do ano.

O dirigente da OIT disse mais: que esse enorme contingente de pessoas que deixou a força de trabalho no ano passado tem forte presença de jovens, o que pode gerar graves consequências para o futuro. “Essa saída da força de trabalho foi uma característica de 2020 e um fenômeno marcante no caso dos jovens, o que poderia ter impacto na estabilidade social e política da região”, afirmou. De acordo com Pinheiro, a perda global de empregos entre jovens de 15 a 24 anos foi de 8,7%, contra 3,7% do restante da população adulta no primeiro ano da crise sanitária.

Sobre a questão da igualdade de gênero, o representante da OIT disse que, em um ano, a América Latina regrediu uma década, especialmente porque crescentemente as mulheres viram-se em dificuldades para conciliar trabalho remunerado e obrigações familiares em ambiente de confinamento. Segundo ele,



“Essa realidade (do acesso à tecnologia e ao teletrabalho) traz um problema sério de desigualdade, com risco de aprofundar o fosso entre os mais ricos e os mais pobres.”

José Marcio Camargo, Genial Investimentos

a taxa de participação das mulheres na força de trabalho da região em 2020 caiu 5,4 pontos percentuais, descendo a 46,4%. Em números absolutos, 12 milhões de mulheres a menos no mercado de trabalho.



AUMENTO DA POBREZA

A resultante de todos esses números é a pobreza. Dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) no seu “Panorama Social da América Latina” referente a 2020 mostram que o índice de pobreza na região alcançou 33,7%, crescendo mais de 10% em relação aos 30,5% de 2019 e retornando ao nível de 2008. Já o índice de pobreza extrema passou de 11,3% para 12,5. Em números absolutos, significa que 2020 terminou com 209 milhões de pobres e 78 milhões de extremamente pobres na região.



“A região começou 2021 com uma perspectiva sombria, agravada por novas ondas de contaminação e processos lentos de vacinação, o que torna mais incerta a recuperação dos mercados de trabalho.”

Vinícius Pinheiro, OIT



Pinheiro ressaltou na entrevista que, desafortunadamente, a pandemia se abateu sobre a América Latina durante um ciclo de crescimento fraco, desfavorável à geração de bons empregos e propício à insegurança e à baixa remuneração associadas à informalidade. “A região começou 2021 com uma perspectiva sombria e complexa para o mundo do trabalho, agravada por novas ondas de contaminação e processos lentos de vacinação. Isso torna ainda mais incertas as perspectivas de recuperação dos mercados de trabalho”, lamentou.

Até agora, o resultado trazido pelos números conhecidos foi a ampliação da desigualdade, na região e no Brasil, especificamente, como constata Camargo. No País, segundo ele, a política de renda emergencial que, de acordo com o IBGE, alcançou na primeira fase 41% dos domicílios brasileiros, com um rendimento médio de R\$ 558, camuflou em um primeiro momento a precariedade do mercado de trabalho informal, cobrindo o espaço de renda deixado pela impossibilidade de trabalhar.

O que se observou na progressiva retomada das atividades constatada a partir do segundo semestre de 2020, ainda de acordo com a análise de Camargo, foi que essa retomada se

concentrou basicamente no mercado formal, protegido pelo acesso à tecnologia do teletrabalho que alcança grande parte das categorias resguardadas pela formalidade.

Sem questionar as vantagens proporcionadas pelo avanço tecnológico, o economista explica: “Essa realidade traz um problema sério de desigualdade, com risco de aprofundar o fosso entre os mais ricos e os mais pobres.” De acordo com a Pnad Covid, do IBGE, no final de setembro do ano passado havia 7,9 milhões de pessoas trabalhando remotamente no País; desse total, 0,3% eram trabalhadores com o ensino fundamental incompleto, e 27,1% desse contingente era formado por pessoas com formação superior ou pós-graduação.

Adriana Beringuy, Gerente da Pnad Contínua do IBGE, ressalta o tamanho da tragédia que se revelou ao final de 2020 no Brasil: oito milhões a menos de pessoas ocupadas do que em 2019, o maior contingente da série histórica da pesquisa do órgão.

“O desemprego não ocorreu de forma neutra, foi mais sentido por mulheres, jovens, pretos e pardos. No caso dos jovens, o drama foi além da faixa de 18 a 24 anos, atingindo também os de 25 a 39 anos, que chegaram ao



“O desemprego não ocorreu de forma neutra, foi mais sentido por mulheres, jovens, pretos e pardos. No caso dos jovens, o drama foi além da faixa de 18 a 24 anos, atingindo também os de 25 a 39 anos.”

Adriana Beringuy, IBGE

final de 2020 com uma taxa de desemprego de 13,9%, contra 9% da faixa entre 40 e 59 anos.

Sobre o impacto desigual da perda de ocupação por cor ou raça, Adriana Beringuy disse que se trata de uma associação perversa entre o quadro estrutural e o conjuntural. Ou seja, para aquelas faixas da população que normalmente já têm maior dificuldade de acesso ao mercado, a situação conjuntural potencializa o quadro que já é endêmico, quando vem a crise.

Ela explicou ainda que, em relação aos 6 milhões de desalentados que o IBGE mapeou entre dezembro do ano passado e fevereiro desse ano, ocorreu fenômeno semelhante. “O desalento teve uma característica mais estrutural, obviamente potencializada na crise”, disse.

Segundo Adriana Beringuy, o resultado foi que a falta de trabalho aprofundada pela crise da pandemia estimulou ainda mais os estratos sociais ordinariamente atingidos pelo fenômeno, como as pessoas muito jovens ou as de idade mais avançada, a desistirem da procura por ocupação.



DILEMA FISCAL X SOCIAL

O economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, vem se debruçando sobre o estudo de como conciliar a necessidade de se ter políticas sociais de renda, especialmente neste período de pandemia, diante do quadro de degradação exposto até agora neste texto, e as limitações fiscais do Estado brasileiro. Seus prognósticos não são nada otimistas.

Autor, em parceria com outros quatro pesquisadores, de um estudo divulgado em setembro do ano passado, propondo uma completa reformulação dos programas de transferência de renda no Brasil, de modo a lhes dar mais consistência com viabilidade fiscal, Mendes também divulgou um estudo propondo medidas fiscais para economizar R\$ 46,2 bilhões destinados a financiar a continuidade do auxílio emergencial.

A proposta, segundo ele, ficou prejudicada com a aprovação do Orçamento Federal de 2021, no final de março, focado no financiamento de emendas parlamentares. “A solução



“A solução (para o auxílio emergencial) foi tirar recursos da máquina pública e de investimentos para financiar emendas parlamentares. Esse é o padrão de escolha pública do Brasil.”

Marcos Mendes, Insper



“Os dados mostram que, embora crianças e adolescentes não sejam os mais diretamente impactados pela Covid-19, são, certamente, o grupo que mais sofre os impactos secundários da doença.”

Luiza Teixeira, Unicef

foi tirar recursos da máquina pública e de investimentos para financiar emendas parlamentares. Esse é o padrão de escolha pública do Brasil”, lamentou.

Para Mendes, a primeira fase do auxílio emergencial, em 2020, “era o que restava fazer nas circunstâncias”, com a economia travada pelo isolamento social imposto pela pandemia. Na sequência, segundo ele, vieram os problemas, evidenciados em uma disputa política entre o Congresso Nacional e o Governo.

“Começou-se a discutir a renovação do auxílio e o Governo não fez nada, apostando no fim da pandemia”, disse, defendendo que ali deveria ter sido levado adiante um redesenho das políticas sociais de modo a dar mais consistência aos programas existentes.

Resumidamente, a proposta seria assegurar uma renda mínima para aqueles que não conseguem sair da pobreza e trabalhar com uma

espécie de seguro, tipo FGTS, para amparar aqueles que têm renda, mas são altamente vulneráveis, basicamente, os trabalhadores informais. A proposta completa, derivada daquele estudo de setembro passado, foi transformada em projeto de lei pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Como nada foi adiante, com o Governo optando finalmente por se desdobrar para pagar um novo e inevitável auxílio de quatro meses, Mendes disse que está se desenhandando um roteiro sem solução para a pobreza, com a inflação em alta e queda da perspectiva de crescimento.

Realçando que o Bolsa Família é um programa exitoso, Mendes afirma: “A gente sabe fazer, precisa é melhorar”, ressaltando que, para isso, é essencial aperfeiçoar o Cadastro Único de modo a permitir focar os benefícios para os estratos sociais compatíveis.



TRABALHO INFANTIL

Proibido pela Constituição Federal, artigo 7º parágrafo XXXIII, até o limite dos 16 anos, exceção na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, o trabalho infantil vinha em declínio no Brasil, tendo caído de 5,3% em 2016 para 4,6% em 2019, segundo o IBGE, mas com a pandemia há sinais de recrudescimento, configurando-se em mais um dos efeitos perversos da crise sanitária.

O Unicef, Fundo das Nações Unidas para a Infância, detectou uma tendência expressiva nos primeiros meses da pandemia, por meio de uma pesquisa feita de abril a junho do ano passado em São Paulo. O aumento apurado foi de 26%.

Luiza Teixeira, especialista em proteção à criança do Unicef no Brasil, disse que, embora os dados disponíveis sejam somente de São Paulo, é sabido que as causas que geraram esse recrudescimento no Estado mais populoso do País estão presentes

em outras regiões. “Os dados mostram que, embora crianças e adolescentes não sejam os mais diretamente impactados pela pandemia [em termos de saúde], são, certamente, o grupo que mais sofre os impactos secundários da doença”, afirmou.

De acordo com Teixeira, os fatores que aumentaram o risco do trabalho infantil na pandemia começaram com a perda de renda familiar e se ampliaram com o fechamento das escolas. “Crianças e adolescentes passaram a ser mais envolvidos em atividades domésticas ou mesmo em outras atividades para complementar a renda familiar”, acrescentou, explicando que a dificuldade de acesso a aulas remotas aprofundou a perda de vínculo com as escolas.

Dessa forma, o gap na escolaridade imposto pelas “férias” compulsórias, por si só um dos efeitos mais perversos para a geração que está enfrentando a pandemia em idade escolar, tem como agravante o risco desse retrocesso laboral.

Questionada se esse recrudescimento deve ser visto como transitório, a analista do Unicef foi reticente. “Assim como outros tipos de violência contra a criança e adolescentes, o trabalho infantil é complexo e multifacetado, com impactos severos para eles e suas famílias. Para mudá-lo, é necessário, primeiro, promover uma mudança de cultura para quebrar a normalização e a glorificação do trabalho infantil”.

A especialista acrescentou que é preciso “promover a busca ativa das famílias vulneráveis, que sofreram redução ou perda da renda na pandemia, para que elas sigam sendo inseridas nos programas de assistência social”.

Paralelamente, Teixeira propôs outra busca ativa das crianças e adolescentes que já estavam fora da escola, ou que se evadiram durante a pandemia, assegurando acompanhamento para que sejam rematriculados e apoiados e permaneçam estudando.

HOME OFFICE VEIO PARA FICAR NA MAIORIA DAS EMPRESAS

O professor André Miceli, do MBA da Fundação Getulio Vargas (FGV), vem estudando desde o início da pandemia o fenômeno do home office ou teletrabalho. Em abril do ano passado, ainda nas primeiras semanas de confinamento, ele coordenou um estudo que estimou um crescimento de 30% do teletrabalho após a pandemia. O estudo foi atualizado em janeiro e, segundo ele, a proporção será bem maior, atingindo 80% das empresas com atividades em escritórios.

Miceli explicou que a definição abrange consultorias, escritórios de advocacia, de contabilidade, mas também o segmento administrativo de empresas de outros setores. Segundo o professor da FGV, a tendência aponta para uma realidade híbrida, na qual o profissional irá ao seu local de trabalho convencional, mas trabalhará em casa pelo menos de um a dois dias. “Não teremos uma virada geral de chave para o home office. A tendência é um sistema híbrido”, explicou.

Algumas características importantes para a boa performance no trabalho ficam prejudicadas pelo teletrabalho para uma fatia importante dos profissionais, segundo revelaram os estudos do professor da FGV. Uma delas é o sentido de pertencimento ao grupo, ao time, gerando risco de enfraquecer a cultura organizacional da empresa.

Outra dificuldade é a de se estabelecerem laços de confiança entre as pessoas das equipes, e Miceli explica que onde há confiança a performance é melhor. Ele explica também que dois traços de personalidade são decisivos para o sucesso do trabalho remoto: a conscientiosidade, que determina o quanto aquele profissio-



nal leva a sério o autogerenciamento, e a abertura ao novo.

O domínio das tecnologias digitais é outro aspecto importante, mas Miceli explica que, nesse ponto, a pandemia funcionou como uma alavanca que impulsionou o domínio das ferramentas, especialmente para os profissionais seniores, como única alternativa para continuar atuando no mercado.

Em sentido contrário, o professor da FGV disse que os estudos estão captando, entre os mais jovens, maior interesse pelo retorno ao trabalho presencial porque o ambiente da empresa representa uma parte importante da vida social desses jovens.

O pesquisador estima que a chegada da tecnologia 5G trará novas perspectivas para o trabalho remoto, abrindo novas possibilidades e potencializando as tecnologias que se tornaram de amplo domínio durante a pandemia, como as reuniões e encontros virtuais, propiciando forte crescimento para empresas especializadas nesses eventos.



“Não teremos uma virada geral de chave para o home office. A tendência é um sistema híbrido.”

André Miceli, FGV

MERCADO SE MOBILIZA CONTRA ATUAÇÃO DESLEAL DAS ASSOCIAÇÕES

As associações de proteção veicular não querem se enquadrar no Código de Defesa do Consumidor, não admitem ser fiscalizadas pelo Poder Público e entendem que não estão sujeitas ao pagamento de tributos

AConfederação Nacional das Seguradoras - CNseg, em conjunto com as principais entidades de representação do setor de seguros estruturou diversas ações de comunicação, com o tema “Proteção veicular não garante proteção”, para alertar e esclarecer a sociedade sobre como a concorrência desleal das associações de proteção veicular prejudica o consumidor e compromete a reputação institucional dos seguros no País. A iniciativa é composta por site (www.seguroautosim.com.br), vídeos e cartilha.

Espalhadas por todo o País, as associações podem se tornar um problema de enorme gravidade, sem qualquer controle de sua solidez financeira para oferecer irregularmente produto equiparável a seguro, segundo avaliação do setor de seguros.

“Diversas associações não obedecem à legislação e vendem irregularmente produtos com o nome de seguros, argumentando que são sociedades fechadas, quando não são. Estão sendo criadas sem qualquer regulação e deixando os consumidores desprotegidos, pois estão fora do radar da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e até dos Procons, o que gera um aumen-

to cada vez maior do volume de reclamações”, ressalta Marcio Coriolano, Presidente da CNseg.

O órgão de supervisão do setor de seguros enfrenta crescimento significativo na quantidade de reclamações por parte dos consumidores prejudicados pelas associações. “Porém, como não são seguradoras, a Susep não pode autuar e punir. Tendo verificado que essas associações estão atuando como se fossem seguradoras, a Autarquia manda a denúncia para o Ministério Público, para que apurem as infrações e então haja a punição”, afirma Coriolano.

A legislação brasileira não proíbe a existência de sociedades associativas que ofereçam proteções de seguro veicular para seu público restrito, sob o regime de rateio de despesas. No entanto, como explica Marcio Coriolano, existe uma ‘falha regulatória’, pois o Decreto-Lei nº 73/66 considera como integrantes do sistema o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), a Susep, os resseguradores, as sociedades seguradoras e os corretores. Não há previsão para a atuação de associações na atividade securitária. Essa situação só será resolvida com a aprovação de um projeto de lei que está sendo discutido na Câmara dos Deputados.



“Diversas associações não obedecem à legislação e vendem irregularmente produtos com o nome de seguros, argumentando que são sociedades fechadas, quando não são.”

Márcio Coriolano, Presidente da CNseg

De autoria do Deputado Lucas Vergílio (PSD-GO), o Projeto de Lei 3139/15 foi discutido em audiência pública na Câmara com a participação das seguradoras, associações de proteção veicular, corretores, órgãos de defesa do consumidor e advogados da área de seguros. Esse Projeto, hoje PLP nº 519/18, foi alterado para contemplar a inclusão das associações no ambiente de supervisão da Susep e de sua tributação nos moldes da atividade securitária.

Marcio Coriolano destaca que o projeto foi inspirado na Lei 9656/98, que criou a regulação dos planos de saúde, incorporando as antigas associações fechadas de saúde. Na época, o segmento de saúde suplementar enfrentava os mesmos problemas dos seguros privados, com um mercado sem qualquer regulação.

“Não podemos deixar os brasileiros à mercê de aventureiros e de associações que atuam à semelhança das pirâmides financeiras. Este é um momento delicado para o País, em que as pessoas

têm recorrido ao seguro, como nunca antes, para proteger o patrimônio, a vida e a família”, afirma o deputado Lucas Vergílio.

O parlamentar informa que o objetivo sempre foi o de defender o lado mais frágil, que é o consumidor. “Muitas vezes, as pessoas não têm informações suficientes e acabam sendo iludidas por entidades que prometem mundos e fundos, mas não têm como garantir o cumprimento dos contratos”, ressalta.

Durante o XXI Congresso dos Corretores de Seguros, em 2019, a empresa de consultoria internacional EY apresentou uma pesquisa sobre o mercado “pirata”, contabilizando aproximadamente 700 associações e cooperativas operando no Brasil. Segundo o sócio da consultoria, Nuno Vieira, as principais conclusões do estudo são a de que o mercado de Associações de Proteção Veicular (APVs) vale cerca de 20% a 25% do mercado de seguro de automóvel do Brasil, com cerca de 4,5 milhões de associados.



“Muitas vezes, as pessoas não têm informações suficientes e são iludidas por entidades que prometem mundos e fundos, mas não têm como garantir o cumprimento dos contratos.”

Lucas Vergílio, deputado federal



“Essa atividade comercial que contraria a legislação brasileira traz uma preocupação imensa para todos nós e expressa uma insegurança jurídica no País.”

Ricardo Morishita, Professor de Direito



INSEGURANÇA JURÍDICA

O Professor de Direito do Consumidor na Escola de Direito de Brasília, Ricardo Morishita, afirma que o maior risco para o consumidor é aquele que ele não pode ver e, consequentemente, não entende a diferença substantiva entre o seguro irregular e o seguro tradicional. “Essa atividade comercial que contraria a legislação brasileira traz uma preocupação imensa para todos nós e expressa uma insegurança jurídica no País”, destaca. O especialista demonstra preocupação com o surgimento de um terceiro gênero de instituições “que não é uma associação, mas veste roupa de associação para poder comercializar seguros”.

Morishita destaca que tanto o Superior Tribunal de Justiça (STJ) quanto vários Tribunais Regionais já reconheceram que a venda de seguros por associações de forma aberta, no varejo, é ilegal. Mas aponta o perigo de um procedimento que se estabeleceu ao longo de anos. “Entra-se com uma ação para suspender aquela atividade, mas se cria uma nova associação. Como há uma informalidade muito grande, e não há regulação suficiente, abrir e fechar é muito simples”, explica.

Em razão dessa realidade, a Susep já moveu 353 ações civis coletivas contra entidades que vendem seguros irregularmente, pedindo o encerramento das suas atividades. “Nosso objetivo é proteger tanto o consumidor, quanto o mercado de seguros, pois o consumidor acaba achando que adquiriu um seguro tradicional, o que afeta também outras categorias, como seguro residencial e de vida, por exemplo”, destaca o chefe da Coordenação Geral de Estudos e Relações Institucionais da Susep, Paulo Roberto Miller. A declaração foi dada durante webinar sobre o mercado irregular na América Latina, promovido pela CNseg, em 21 de junho, que reuniu lideranças do setor do Chile, Uruguai e Paraguai.

Miller explica que as ações judiciais são o instrumento mais eficaz que a instituição tem em mãos para coibir essa prática irregular no mercado. No entanto, adverte que essas ações atacam o sintoma, mas não a causa. Segundo ele, a Susep tem uma agenda de reformas regulatórias para proporcionar maior flexibilidade para a inovação das empresas, com simplificação e diminuição



“Nosso objetivo é proteger tanto o consumidor, quanto o mercado de seguros.”

Paulo Roberto Müller, Susep

de regras. “Não se trata de fiscalizar nem regular essa atividade, mas de coibir a prática irregular, justamente o que as reformas regulatórias da Susep buscam resolver”, afirma.



DEFESA DO CONSUMIDOR

A venda de seguros de forma ilegal pelas associações de proteção veicular prejudica o consumidor na defesa do seu direito, no acesso ao objeto contratado, dificulta a atuação dos órgãos de defesa do consumidor e deixa o contratante em uma verdadeira zona de penumbra quanto a seus direitos. É o que afirma o Superintendente do Procon/BA e Presidente da Associação Brasileira de Procons, Filipe Vieira. “Ao buscar pagar valores módicos por meio dos seguros ilegais, o consumidor pode se colocar em posição de risco para si e para os outros, quando como ocorrer um sinistro”, destaca.

Filipe Vieira explicou que os Procons avaliam cada caso, tomando por base a natureza da atividade exercida por essas associações, desconsiderando, portanto, o nome jurídico adotado por aquela instituição. “É possível registrar atendimento no Procon, embora haja a ressalva de que não recomendamos a contratação desse tipo de seguro, por não ser um processo tão simples e imediato, dado o comportamento furtivo de muitas dessas empresas”.

O Presidente da Procons Brasil acredita que a regulação do mercado terá o papel fundamental de direcionar a forma como a atividade vai

ser prestada ao público e as garantias mínimas que podem ser asseguradas aos tomadores daquele serviço.

“A primeira vantagem é qualificá-los como efetivos consumidores, o que significaria a facilitação da defesa dos seus direitos e uma maior liberdade de atuação aos Procons. Quando a prestadora pertencer ao mercado regulado, a sensação de segurança jurídica para o consumidor vai ser muito maior”, complementa.



ATUALIZAÇÃO

A Procuradoria-Geral da República (PGR) manifestou-se pela constitucionalidade formal da Lei 20.894/2020 do estado de Goiás, que trata de normas protetivas aos consumidores filiados às Associações de Socorro Mútuo no estado. Para o procurador-geral Augusto Aras a lei questionada regulamenta a prestação de serviços irregulares de seguro privado sob a forma de Associações de Socorro Mútuo (autogestão), sem que essas entidades estejam devidamente autorizadas a funcionar como seguradoras. Segundo Aras, isso demonstra, claramente, que o estado de Goiás usurpou as competências da União para fiscalizar as operações de natureza securitária, bem como para legislar sobre o tema. A manifestação foi em parecer enviado em 23/06, ao Supremo Tribunal Federal (STF), pela procedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.753, ajuizada pela CNseg.



“Ao buscar pagar valores módicos por meio dos seguros ilegais, o consumidor pode se colocar em posição de risco para si e para os outros, como quando ocorrer um sinistro.”

Filipe Vieira, Procons Brasil

CONSUMIDOR FICA DESPROTEGIDO APÓS TER MOTO ROUBADA

Especializado em Direito do consumidor, o advogado David Nigri revela que já defendeu diversos clientes com dificuldades para receber uma indenização nos casos de sinistro, como é o caso do vendedor Thiago Tavares, do Rio de Janeiro. Morador do bairro de Coelho Neto, na Zona Norte do Rio, ele fez um seguro para sua motocicleta pela cooperativa Unibras.

Em dezembro de 2016, 15 meses após começar a pagar o financiamento, a moto foi roubada. Imediatamente, a cooperativa foi informada e acionou o sistema de rastreamento.

Por exigência da instituição, Tavares continuou pagando os três meses do seguro e fez uma procuração passando a posse do veículo, caso encontrasse a motocicleta.

Depois de esperar um mês e meio pelo resgate da moto, teve que desembolsar R\$ 400 em documentos para receber o que havia pago pela moto. A baixa do financiamento ficou por conta da Unibras, que não quitou o empréstimo bancário, o que levou o nome de Tavares ao cadastro de devedores.

Veja outros casos divulgados pela mídia em www.seguroautosim.com.br.



DIFERENÇA ENTRE O SEGURO E A PROTEÇÃO VEICULAR

SEGURADOR	FISCALIZAÇÃO	CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	VÍNCULO COM A ENTIDADE	PREÇO	PAGAMENTO	RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO	PAGAMENTO DA PERDA TOTAL	RISCO	RESERVAS: GARANTIAS DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS
PROTEÇÃO VEICULAR	Não tem.	Não aplicaável. "Associado" não é consumidor.	"Associado"	Não tem. Preço único de acordo com o veículo.	Mensal, pode ser variável e alterado ao longo do tempo.	Depende do caixa da "associação", sem data definida de pagamento, pode ser parcelado ou não receber valor integral da indenização.	Sem regra.	É do grupo "associado". A insuficiência de recursos para pagamento das indenizações será de obrigação dos "associados" por rateio.	"Associação" não terá recursos para fazer frente ao volume de pagamentos. Rateia ou fecha as portas sem pagar ninguém.

Fonte: Cartilha da "Proteção veicular não garante proteção"

POTENCIAL DE SEGUROS PARA IDOSOS É POUCO EXPLORADO NO PAÍS

O Brasil envelheceu nos últimos anos e tem hoje 35 milhões de pessoas com mais de 60 anos.

Mas 52,9% das seguradoras não vendem produtos para esse público.

O mercado de seguros para a terceira idade é um universo ainda a ser explorado no País. Essa é a principal conclusão do estudo “Público Sênior: Oportunidades e Desafios para o Mercado Segurador – Fase II”, da Comissão de Inteligência de Mercado (CIM) da CNseg. O trabalho analisou os produtos e serviços voltados ao público sênior no Brasil e a atenção a essa faixa etária em cinco outros países relevantes para o mercado segurador mundial. Afinal, com o aumento da longevidade, a “economia prateada” é um dos nichos mais promissores.

O projeto foi dividido em duas frentes. Na primeira, 40 seguradoras brasileiras receberam um questionário sobre como lidam com o público sênior, tanto do ponto de vista dos produtos e serviços quanto das ações de comunicação e análises de informações. A segunda frente foi uma avaliação do atendimento ao idoso em cinco países: Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e Chile.

A escolha considerou a relevância econômica e o índice de idosos na população, com base num relatório feito em 2017 pelo Swiss Re Ins-

tute. Os quatro primeiros países estão entre os dez maiores mercados de seguros e respondem por 53% do bolo mundial; já o Chile foi incluído como representante sul-americano. Em comum com o Brasil, todos registram queda na natalidade, alta na expectativa de vida e necessidade de rever os sistemas previdenciários.

A comparação é importante, pois o Brasil é o país que mais envelheceu nos últimos anos, contando hoje com 35 milhões de pessoas com mais de 60 anos, e, até 2030, terá a quinta maior população idosa do mundo.

Das 17 empresas que responderam à enquete, 52,9% não vendem produtos destinados aos mais velhos, e 70,6% não oferecem serviços para eles. Já 47,1% dessas companhias não fazem análises voltadas ao público com 60 anos ou mais, e só 17% realizam ações de comunicação específicas. Tudo isso num setor em que 28% dos clientes são idosos.

“Existe um mercado que não está sendo adequadamente explorado pelas seguradoras. Elas ainda não perceberam o potencial de negócios dessa faixa etária”, diz Antonieta Scarlassari, líder do grupo de trabalho da CIM que elaborou o estudo.



“Existe um mercado que não está sendo adequadamente explorado pelas seguradoras. Elas ainda não perceberam o potencial de negócios dessa faixa etária.”

Antonieta Scarlassari, CNseg



“É miopia não aproveitar o público 60+, que é o maior consumidor de garantia estendida e o que mais pede a ampliação de cobertura para danos a terceiros.”

Martin Henkel, SeniorLab



“Os jovens tendem a colocar todos no mesmo saco, quando há necessidades e desejos distintos. A forma de comunicar deve ser diferente para quem tem 60 ou 80 anos.”

Sérgio Duque Estrada, Aging2.0

Segundo ela, há muitos produtos e serviços que podem ser pensados para os idosos, mas faltam dados e pesquisas para o mercado investir mais nesse nicho. “Contratar um seguro de vida pode sair muito caro, mas um de acidentes domésticos, com serviços atrelados, pode ficar atrativo para o cliente e rentável para a seguradora.”

Martin Henkel, diretor da SeniorLab Mercado & Consumo 60+, destaca que 25% dos 73 milhões de lares do País têm maiores de 60 anos como principal ou única fonte de renda. Tal contingente de idosos deverá ter este ano uma renda total de R\$ 1,26 bilhão, calcula ele. “É miopia não aproveitar o público 60+, que é o maior consumidor de garantia estendida e o que mais pede a ampliação de cobertura para danos a terceiros.”

Para Sérgio Duque Estrada, embaixador no Brasil da organização internacional Aging2.0, as áreas de marketing das empresas são hoje comandadas por jovens que desconhecem a realidade dos mais velhos. “Eles tendem a colocar todos no mesmo saco, quando há necessidades e desejos distintos. A forma de comunicar deve ser diferente para quem tem 60 ou 80 anos.”





EXEMPLOS DO EXTERIOR

Os demais países analisados registram graus variados de atenção aos idosos, mas em todos há iniciativas que mostram preocupação com eles. Os Estados Unidos lideram o mercado mundial de seguros, com 28,15% do volume total de prêmios e 15,4% da população com 65 anos ou mais. Os gastos com a saúde dos idosos chegam a US\$ 1,2 trilhão/ano. Como não há sistema público universal de saúde, as pessoas precisam contratar planos ou seguros. A previdência pública, baseada em repartição, é considerada insustentável devido ao envelhecimento da população. Assim, ter previdência privada é comum no país.

Há iniciativas, também privadas, que aproximam as gerações, como a da *startup* Papa, que criou uma rede de apoio conectando idosos a jovens que podem realizar tarefas domésticas ou levá-los para passear. Outro projeto são os condomínios e cidades para a terceira idade, como The Villages, na Flórida, com 120 mil habitantes.

É preciso ter mais de 55 anos para morar lá e usufruir de uma vasta infraestrutura.

Na China, segunda no *ranking* do seguro (11,07%) e com 10,6% da população maior de 65 anos, a pirâmide etária mudou muito desde a Política de Filho Único, de 1979. O rápido envelhecimento pressionou a Previdência e fez o país alterar regras do sistema. A queda do número de filhos fez muitos idosos ficarem desamparados, levando à adoção de medidas de proteção.

Segundo uma pesquisa do HSBC, 38% dos aposentados chineses dependem de poupança para cobrir seus gastos. Várias soluções foram adotadas para aumentar o acolhimento aos idosos. Os mais pobres são abrigados em asilos públicos. Têm surgido empreendimentos imobiliários privados para o público sênior. Algumas seguradoras criaram casas de repouso como cobertura das reservas técnicas. Há também serviços para quem prefere continuar em casa, com seguro de vida e assistência médica.

O Japão é o terceiro maior mercado segurador (8,63%), e os idosos são 27% da população. Desde

1961, existe um serviço universal de seguros de saúde e previdência, com assistência, serviços de bem-estar social e manutenção da saúde. Todos têm direito a um dos seis planos de seguro de saúde, incluindo um para os trabalhadores do setor privado e outro para autônomos, desempregados e aposentados.

Com a queda da natalidade e a crescente participação das mulheres no trabalho, o cuidado com os idosos nos lares diminuiu. Em 2000, foi criado o Seguro Assistência de Longo Prazo, que arrecada uma contribuição obrigatória de todas as pessoas a partir de 40 anos e provê serviços como visita em domicílio e estadia em asilos. Esse seguro se juntou a uma lei de 1983 que definiu que os custos de tratamentos geriátricos seriam bancados não só pelo Seguro de Saúde Nacional, mas também pelos planos de seguros dos empregados e pelos próprios idosos.

Uma revisão posterior da lei deu mais ênfase à prevenção, para que problemas moderados de saúde pudessem melhorar sem tratamentos complexos. A Previdência vem sendo reformada, com

corte de 5% nos benefícios e aumento da idade mínima para 65 anos. Mas um estudo do Governo prevê dificuldade de pagar os benefícios até 2100.



PROJETOS PARA IDOSOS

Também na Alemanha – sexto maior mercado de seguros (4,56%) e com 21,5% de idosos –, a Previdência sofre mudanças. Em 2007, a idade mínima subiu de 65 para 67 anos, até 2029. Cerca de 70% dos trabalhadores têm previdência privada ou pensão complementar. Idosos incapazes de viver sózinhos são financiados pelo Seguro de Atendimento na Velhice.

A assistência aos mais velhos é uma das melhores do mundo: eles são incentivados a trabalhar, estudar ou praticar outras atividades. O sistema de saúde funciona bem. Há projetos para os idosos, como serviços de entrega de refeições e moradias compartilhadas. Condomínios para a terceira idade são bastante populares.

Por fim, o Chile, com 11,1% acima de 65 anos, é considerado modelo de saúde pública para idosos na América Latina. Em 2003, foi criado o SEMANA (Servicio Nacional del Adulto Mayor), que é público e visa melhorar a vida dos mais velhos, incentivando sua participação social e criando uma rede de apoio. Além de ações em saúde e segurança social, o SENAMA envolve projetos como as Cidades Amigáveis, que apoiam a qualidade de vida dos idosos.

O grande drama chileno foi o sistema previdenciário de capitalização criado em 1981, que reduziu o valor das aposentadorias e gerou uma explosão de casos de suicídio. Em 2008, instituiu-se um Pilar Solidário para o sistema previdenciário, incluindo pensão para idosos em situação vulnerável e um complemento para as aposentadorias. A iniciativa, porém, desequilibrou o sistema, e o Governo cogita elevar as alíquotas de contribuição.

Apesar da diversidade desses países, há pontos em comum no que se refere aos seguros. Tal como aqui, existe pouca oferta de produtos e serviços para idosos, e a idade limite de contratação não condiz com a crescente longevidade. Mas há diferenças com o Brasil.

“Sempre fomos vistos como um país jovem. Isso mudou, mas ainda não estamos maduros para perceber o problema. É um processo”, diz Antonieta. Martin Henkel concorda: “Estamos muito atrasados, mas nunca se falou tanto sobre idadismo. Algumas empresas já estão atentas e se movendo em direção a esse mercado. A tendência é que continue melhorando”.

Segundo Duque Estrada, o envelhecimento populacional e o aumento da longevidade no Brasil começaram a forçar uma mudança. Ele destaca o surgimento das *senior techs*, *startups* especializadas em soluções tecnológicas para o público 50+, na trilha das *fintechs* e das *insurtechs*. “É um mercado que precisa ser encarado.”

DISCRIMINAR IDOSOS DÁ PREJUÍZO BILIONÁRIO À ECONOMIA, DIZ ONU

Um estudo da ONU comprovou que custa caro discriminar os idosos. Segundo o levantamento, só nos Estados Unidos o custo do preconceito é de US\$ 63 bilhões por ano. Na Austrália, quase US\$ 38 bilhões seriam agregados à economia se 5% a mais de pessoas a partir de 55 anos estivessem empregadas.

O relatório foi feito pelo Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa) em conjunto com o Departamento Econômico e Social, a Organização Mundial da Saúde e o Escritório da ONU para os Direitos Humanos. O texto avaliou o impacto do preconceito contra a terceira idade em

instituições e sistemas jurídico, social e de saúde.

De acordo com o estudo, os mais velhos frequentemente estão em desvantagem nos locais de trabalho, inclusive tendo menos oportunidades de treinamento. A estimativa é que, a cada segundo, uma pessoa no mundo sofra discriminação moderada ou alta por ser idosa.

O estudo aponta que a pandemia da Covid-19 escancarou o preconceito contra a terceira idade, ao revelar que estereótipos foram usados como critério único para acesso a cuidados de saúde, tratamentos vitais e isolamento social – como se só essas pessoas, por serem idosas, precisassem de tais medidas. Para



a chefe da Unfpa, Natalia Kanem, a pandemia deve servir como ponto de mudança para a forma como os idosos são vistos e tratados.

QUESTÕES ASG SÃO VETORES PARA A INOVAÇÃO EM SEGUROS

Entre as seguradoras, 78,9% oferecem algum tipo de iniciativa inovadora para os clientes e 84,2% organizaram áreas específicas para o tratamento dessas questões.

Aadesão à iniciativa Investidores pelo Clima (IPC) pela Confederação Nacional das Seguradoras – Cnseg - é mais um passo no seu protagonismo institucional no âmbito das questões englobadas pela sigla ASG (Ambiental, Social e de Governança). O principal propósito do IPC é apontar investimentos com viés de economia verde, algo fundamental para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, identificar oportunidades de negócios com o selo ASG. “Além de deixar claro que a responsabilidade por conter as mudanças climáticas cabe aos setores público e privado simultaneamente, a adesão da CNseg amplia os esforços para construção de uma agenda colaborativa do setor em torno de questões estratégicas, como sustentabilidade econômica e as questões ASG. Enfim, colocamos nossa pegada na descarbonização dos investimentos do setor segurador”, afirma a Diretora-Executiva da CNseg, Solange Beatriz Palheiro Mendes.

Embora recente, a iniciativa do IPC conta com a participação de grandes *players* do mercado financeiro e do setor segurador. Além da CNseg, cuja adesão ocorreu em fevereiro, outras 21 grandes organizações, como gestoras de ativos,

fundos de pensão e seguradoras (SulAmérica, Zurich, Brasilprev, Santander, Itaú e Bradesco) participam da iniciativa, que é liderada pela consultoria SITAWI. Trata-se, enfim, de contribuição relevante para tornar a sociedade mais resiliente à ameaça de um clima em mudança.

O IPC planeja engajar e capacitar investidores profissionais nos países para que avancem na descarbonização de portfólios enquanto buscam melhor retorno ajustado a riscos. No caso brasileiro, os investidores elegeram três fontes emissoras de gases de efeito estufa para atuar: agropecuária, energia e uso da terra, além de empresas de capital aberto dos três segmentos.

NÚMEROS - A sustentabilidade entrou definitivamente na pauta das seguradoras brasileiras. Dados do Relatório de Sustentabilidade da CNSeg, publicado em outubro de 2020, apontam que 57,9% das empresas endossam os Princípios para a Sustentabilidade em Seguros (PSI) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além disso, 42,1% incluem critérios ASG nos processos de subscrição de riscos e 84,2% integram as questões ASG em sua estratégia, seja em planejamento, treinamento, políticas, procedimentos, seja em outros aspectos.



“A adesão da CNseg amplia os esforços para construção de uma agenda colaborativa do setor em torno de questões estratégicas, como sustentabilidade econômica e as questões ASG.”

Solange Beatriz Palheiro Mendes, CNseg

“Há diferentes graus de maturidade em relação à integração ASG na rotina das empresas. Um ponto comum é o processo de consulta permanente a seus públicos intervenientes, o que comumente se denomina de partes interessadas: clientes, parceiros, fornecedores, colaboradores, entre outros. Para que o ASG seja orgânico para os negócios, é preciso saber quais aspectos são relevantes para o público de interesse, de forma a gerar valor compartilhado. O Fórum de Davos cunhou esse processo de ‘Capitalismo de Stakeholder’, afirma Maria de Fátima Mendes de Lima, presidente da Comissão de Integração ASG da CNseg.

O relatório, elaborado a partir das respostas de 82% das empresas representadas pela CNSeg, aponta que 72,2% das seguradoras têm diretrizes formais para inclusão dos critérios ASG no desenvolvimento e na venda de produtos ou serviços de seguros, capitalização e previdência; enquanto 66,7% têm produtos ou linhas de negócio relacionados diretamente ao risco ou à responsabilidade ambiental. Hoje, 78,9% oferecem algum tipo de iniciativa inovadora para os clientes, como reciclagem de peças automotivas, telemetria e seguros de índices, e 84,2% organizaram comitê, área ou comissão específica para o tratamento das questões ASG/Sustentabilidade.

Em termos financeiros, 47,4% das empresas incluem questões ASG em sua política de investimentos e 36,7% já têm implementada uma metodologia de avaliação ASG na análise e gestão de ativos.

PRESSÃO SOCIAL

Na prática, o que isso significa? Maria de Fátima observa que, ao integrar os aspectos econômicos, ambientais, sociais e de governança na estratégia de negócio, as seguradoras passam a oferecer mais produtos com critérios e assistências ASG; revisitam suas políticas de subscrição para integração de critérios ASG para melhor valorar a exposição aos riscos; aprimoram os pontos de contato com toda a cadeia de valor e demais partes interessadas das seguradoras; criam condições para maior ecoeficiência e para a gestão dos resíduos operacionais e, por



“Para que o ASG seja orgânico para os negócios, é preciso saber quais aspectos são relevantes para o público de interesse, de forma a gerar valor compartilhado.”

Maria de Fátima Mendes de Lima, CNseg

fim, usam o ASG como catalisador da antecipação de problemas e soluções.

Para ela, as questões ASG passam a ser tratadas como vetores para a inovação em seguros, apontando como primeiro passo nesse sentido o mercado deixar de enxergar a sustentabilidade como um acessório e integrar essas práticas ao negócio. No exterior, esse também é o caminho que vem sendo percorrido.

“Em termos de gestão, as práticas não se diferem muito daquelas adotadas pelas líderes do tema no Brasil. O que talvez seja diferente lá fora é uma maior pressão da sociedade civil e dos poderes constituídos para que as corporações atendam aos anseios sociais relacionados a um desenvolvimento econômico sustentável”, destaca.

Para a presidente da Comissão de Integração ASG da CNseg, há desafios, tanto no aspecto cultural, quanto nas ferramentas a serem usadas. Ela destaca, entre outros, a necessidade de trocar os processos mecanizados, estáticos e rígidos por um novo olhar para os negócios, levando em consideração variáveis externas que já batem à porta do setor.

“Precisamos mudar a forma como sempre enxergamos o negócio. Em relação ao ferramental,



o ponto principal são os padrões de mensuração dos indicadores e a qualidade de dados ASG. São gargalos que devem ser revistos”, afirma.

Segundo ela, as leis e os regulamentos ajudam, apontam para um caminho que a iniciativa privada tem que seguir, mas só isso não basta. É preciso fortalecer os canais associativos e de representação pública, capturando os interesses difusos.

FINANÇAS VERDES

O movimento das seguradoras do Brasil corresponde ao que vem sendo discutido na Global Federation of Insurance Associations (CFIA). A entidade sugere a cooperação entre autoridades públicas nas esferas nacional, regional e local, para incentivar, por exemplo, a criação de leis ou a aplicação das já existentes, no sentido de impedir construções em áreas de risco. Em outra frente, as empresas podem atuar com os formuladores de políticas públicas na elaboração de ferramentas para zoneamento e mapeamento de risco, bem como para o planejamento do uso sustentável da terra.

Autarquia que regulamenta o setor, a Susep avalia a criação de um índice de sustentabilidade

“As instituições financeiras que aderem ao eixo socioambiental se comprometem, de forma voluntária, a seguir padrões ainda mais elevados de conduta.”

Amaury Oliva, Febraban



de verde para as seguradoras. A entidade, que aderiu ao Comitê Consultivo do Programa de Finanças Verdes do Prosperity Fund, do Reino Unido, quer desenvolver grandes projetos relacionados a finanças verdes. Na análise da Susep, o Brasil precisa avançar em questões sociais e ambientais, do mesmo modo que o resto do mundo vem fazendo.

Para o setor de seguros, uma boa prática seria estudar as iniciativas de sustentabilidade de outros segmentos. No fim de 2020, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) atualizou um normativo socioambiental de 2014 para incorporar temas ASG. Dentre os compromissos incluídos, estão o gerenciamento e o reporte dos riscos e oportunidades das mudanças climáticas nos negócios das instituições financeiras, em linha com as recomendações da Força Tarefa do Financial Stability Board, a TCFD (Task Force on Climate-related Financial Disclosures), além de estabelecer requisitos socioambientais para análise das operações de crédito rural.

“Outro dispositivo reforçado foi o que define requisitos socioambientais para análise das operações de crédito rural. Para citar um exemplo, foram incluídos os demais biomas, além do amazônico, no artigo que condiciona a concessão do financiamento rural à verificação da inexistência de embargo ambiental imposto pelo Ibama”, explica Amaury Oliva, diretor de Sustentabilidade, Cidadania Financeira, Relações com o Consumidor e Autorregulação da Febraban.

Oliva observa que o setor bancário vem, nos últimos anos, intensificando suas práticas voltadas à sustentabilidade e ao aperfeiçoamento do normativo socioambiental. Todas as instituições financeiras associadas à Febraban são signatárias da autorregulação de forma automática no que se refere ao Código de Conduta Ética, que traz disposições gerais sobre princípios éticos, relacionamento com o consumidor, livre concorrência, responsabilidade socioambiental, prevenção à lavagem de dinheiro, dentre outros temas.

“Além disso, os bancos podem aderir a um ou mais eixos normativos, como o de responsabilidade socioambiental, de acordo com o interesse

e área de atuação. As instituições financeiras que aderem ao eixo socioambiental se comprometem, de forma voluntária, a seguir padrões ainda mais elevados de conduta e são periodicamente supervisionadas, podendo sofrer punição em caso de descumprimento”, afirma Amaury Oliva.

Na avaliação do diretor da Febraban, cada vez mais os bancos reconhecem a relevância da integração de aspectos ASG em suas estratégias e da gestão adequada dos riscos socioambientais, de modo a garantir a resiliência do setor em um cenário de transição para uma economia mais verde e inclusiva.



SEGUROS PODEM MITIGAR RISCOS CAUSADOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A indústria de seguros está preparada para desempenhar um papel fundamental na construção de comunidades resilientes às mudanças climáticas e na transição para uma economia com emissões de zero carbono, em linha com os objetivos do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas. A opinião do líder da Iniciativa dos Princípios para a Iniciativa de Seguros Sustentáveis (PSI), da ONU, Butch Bacani, vai ao encontro das ações da Global Federation of Insurance Associations (GFIA), representante mundial das associações seguradoras, que busca formas de interferir mais diretamente em questões que afetam o mercado como um todo.

Como subscritoras de riscos de catástrofes naturais, as seguradoras são especialmente sensíveis aos riscos apresentados pelas mudanças climáticas e ajudam as comunidades a compreender, prevenir e reduzir os riscos climáticos por meio da experiência em pesquisas, estatística, análise de riscos,

modelos de risco de catástrofe e medidas de prevenção a perdas, na avaliação de Bacani.

“O setor está particularmente preocupado com os aumentos contínuos na temperatura global, que podem tornar cada vez mais difícil a oferta de proteções financeiras de que a sociedade moderna precisa para funcionar adequadamente”, disse ele, ao avaliar um relatório divulgado em março pelos PSI.

Soluções de seguro para energia renovável, eficiência energética, ecossistemas naturais como florestas e manguezais que armazenam carbono, edifícios verdes, veículos elétricos e seguro de automóvel baseado no uso (pay per use) reduzem os riscos e permitem a transição para uma economia circular de emissões de zero carbono, analisou, lembrando que as seguradoras são grandes investidoras institucionais, com mais de US\$ 36 trilhões em ativos globais sob gestão.

“O setor está preocupado com os aumentos na temperatura global, que podem tornar cada vez mais difícil a oferta de proteções financeiras de que a sociedade moderna precisa.”

Butch Bacani, PSI/ONU

CRISE NA CADEIA DE SUPRIMENTOS FREIA RETOMADA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Escassez de insumos e matérias-primas afeta 91% das empresas nacionais consultadas na sondagem especial da CNI, publicada em março.

Parte dos efeitos econômicos da pandemia do coronavírus poderia ter sido prevista assim que foram editados os primeiros decretos tratando do isolamento social. Os setores de comércio, turismo e cultura estavam obviamente implicados e trataram logo de se adaptar à nova realidade. Mas o que ninguém esperava é que a indústria ia sofrer drasticamente com a falta de matérias-primas e insumos, como vem sendo verificado no Brasil nos últimos meses.

De acordo com a Sondagem Especial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) publicada em março deste ano, 73% das empresas que atuam nas áreas de transformação e extração enfrentaram dificuldade em encontrar suprimentos no mercado interno. Das que usam material importado, 65% estão também enfrentando dificuldade.

É um problema que chega a ser mais grave em alguns ramos. O setor de móveis, por exemplo, foi o que mais sofreu com essa crise de abastecimento por parte do mercado doméstico. Do total de empresas consultadas, 91% se queixaram da escassez de insumos nacionais. Fato verificado em 86% das fábricas do setor de limpeza e perfumaria e em 85% do setor

de vestuário. No cômputo geral, a consequência é que 45% das empresas de transformação e extrativas estão enfrentando dificuldade em atender suas demandas por falta de suprimentos.

Para o consultor de gestão de risco Gustavo Cunha Melo, sócio da Correcta, não há como entender esse fenômeno sem um olhar para o quadro internacional. Segundo ele, a pandemia mudou a orientação do sistema mundial de transportes, em primeiro lugar por conta da priorização para cargas médicas. Logística mais cara e mais concorrida dificulta a importação por parte das empresas brasileiras.

A paralisação de fábricas no mundo todo por conta de lockdowns e outras medidas restritivas também gerou efeito em cascata na cadeia internacional de suprimentos de diversos setores. Confecções, por exemplo, costumam importar tecidos de países como Índia, China e Taiwan e hoje vivem em apuros.

“As companhias aéreas tiveram que colocar de volta em movimento aviões cargueiros antigos, que consomem mais combustível. Por outro lado, houve maior consumo de alimentos e materiais médicos, o que sobrecarregou a logística. Tudo isso leva a um aumento de custos e maior prazo para entregas”, afirma Melo.



“Houve maior consumo de alimentos e materiais médicos, o que sobrecarregou a logística. Tudo isso leva a um aumento de custos e maior prazo para entregas.”

Gustavo Melo, Correcta



“Setenta por cento dos nossos custos estão vinculados a moedas estrangeiras. O Brasil é praticamente autossuficiente em algodão, mas o preço é estipulado pela Bolsa de Nova York.”

Fernando Pimentel, Abit



“Nos últimos 25 anos, houve uma desindustrialização no Brasil, o que gerou maior dependência de importação de outros países. A pandemia expôs os riscos desse fenômeno.”

Leonardo Marques, Coppead/UFRJ



“Nosso setor é um forte consumidor de aço, que forma o invólucro de praticamente todas as máquinas e equipamentos. O que está sendo mais difícil é lidar com esses prazos tão longos.”

Marcos Perez, Abimaq



FALTA DE SINCRONICIDADE

Fernando Pimentel, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), explica que, além dos percalços vividos em 2020, não havia expectativa de que a crise dos insumos duraria tanto tempo. Fortes oscilações na demanda geraram uma inédita falta de sincronicidade na rede de produção e distribuição.

“Setenta por cento dos nossos custos estão vinculados a moedas estrangeiras. O Brasil é praticamente autossuficiente em algodão, mas o preço é estipulado pela Bolsa de Nova York. Muitos insumos, como corantes, são importados. Houve uma explosão nos preços das commodities, o que afeta a produtividade, a qualidade e gera ambiente de insegurança”, avalia Pimentel, que já estuda o uso de seguros contra esse tipo de problema, quando está em risco o cumprimento de contratos ou paralisação de produção.

Professor de Sustentabilidade e Supply Chain da Coppead/UFRJ, Leonardo Marques acredita que parte do descompasso vivido pelas indústrias na obtenção de insumos e no ritmo de entregas se deve a um posicionamento muito pessimista e de retração. Se as empresas tivessem mantido estoques maiores de matéria-prima, poderiam ter enfrentado a crise em condições melhores. Segundo ele, esse desarranjo nas cadeias produtivas deve levar a mudanças no comportamento dos mercados.

“Nos últimos 25 anos, houve uma desindustrialização no Brasil, o que gerou maior dependência de importação de outros países. A pandemia expôs os riscos desse fenômeno. Daqui para frente, é possível que sejam adotadas políticas públicas que protejam mais as cadeias produtivas. As próprias empresas, por meio de suas associações, podem se organizar para reduzir essa dependência”, avalia o professor.

A lenta recuperação do ritmo da produção nacional e a dependência de importações também afetam o fornecimento de aço, principal matéria-prima da indústria de máquinas e equipamentos, que na pesquisa da CNI ficou em quarto lugar entre os que enfrentam mais dificuldade em atender sua demanda (68% das empresas ouvidas).

Segundo o Superintendente de Mercado Interno da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Marcos Perez, mais do que escassez, os fabricantes desses produtos estão lidando com a demora na obtenção de seus suprimentos. Por outro lado, a demanda vem se aquecendo, criando dificuldades maiores para a entrega dos pedidos. Os custos aumentaram com a alta do dólar e do preço do frete internacional, que praticamente quintuplicou.

“Nosso setor é um forte consumidor de aço. Ele forma o invólucro de praticamente todas



“Há um monopólio com mercado fechado/protegido, com instrumentos de defesa comercial usados inversamente à lógica de geração de valor, promovendo a falta de investimentos locais para ampliação de capacidade, já que são feitos somente no exterior, sobretudo em países com medidas antidumping”

José Ricardo Roriz Coelho, Abiplast

as máquinas e equipamentos que produzimos. O que está sendo mais difícil é lidar com esses prazos tão longos, que podem chegar a três meses para a entrega dessa matéria-prima, e fazer previsões de custo. O dólar no momento está caindo, mas o risco é alto”, afirma Perez.



VULNERABILIDADE

Da mesma forma que o setor de aço, o de plástico se caracteriza pela concentração no Brasil, o que torna a vida das empresas da indústria de transformação mais vulnerável. A Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast) vem discutindo saídas, principalmente com o Governo, para tentar amenizar a alta de preços para evitar maiores sobressaltos para as fábricas, que vêm se recuperando paulatinamente.

Há escassez principalmente de matérias-primas como polietileno (PE), polipropileno (PP) e também PVC. Há falta no mercado internacional de resina, que serve para a fabricação desses produtos, elevando os preços de uma forma geral. Em dezembro de 2020, foi negociada uma

redução temporária da alíquota do imposto de importação de PVC, de 14% para 4%, com taxa mais baixa para uma cota de 160 mil toneladas por três meses, medida renovada em março de 2021, por mais três meses.

Em conjunto com várias associações consumidoras de PP, a Abiplast solicitou redução de alíquota de importação para o produto. A medida tomada logo em março fez com que a taxa caísse de 14% para 0% da cobrança, com abrangência de três meses, para importação de uma cota de 77 mil toneladas de resinas nesse período.

Mesmo com essas medidas temporárias, muito importantes para o setor de transformados plásticos, há um entrave estrutural, afirma José Ricardo Roriz Coelho, presidente da Abiplast. “Há um monopólio com mercado fechado/protegido, com instrumentos de defesa comercial usados inversamente à lógica de geração de valor, promovendo a falta de investimentos locais para ampliação de capacidade, já que são feitos somente no exterior, sobretudo em países com medidas antidumping”, pontua.



“O setor automobilístico é mais afetado do que outros porque está dentro de uma cadeia global. As empresas brasileiras trazem material da Ásia, Europa, Estados Unidos.”

Luiz Carlos Moraes, Anfavea

Plástico e aço são essenciais para as montadoras de automóveis. Em março, vários fabricantes chegaram a paralisar a produção por falta de peças e insumos. O Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Carlos Moraes, vem usando um termo muito apropriado para qualificar a conjuntura pela qual passa o setor. Há, segundo ele, um “desbalanceamento” da cadeia produtiva. Ou seja, enquanto toda a logística global que envolve essa indústria não for aprumada novamente, será difícil retomar o ritmo de produção.

Para Moraes, a indústria automobilística não tem como se normalizar a curto prazo por conta da escassez de semicondutores, fundamentais hoje em dia na fabricação dos carros. Há falta também de pneus, entre outros itens, o que obriga as fábricas a se desdobrarem. Para reduzir



“Mesmo diante de uma série de dificuldades, a última sondagem da Abinee identificou que 82% das empresas do setor projetam crescimento para o ano em comparação com 2020.”

Humberto Barbato, Abinee

os atrasos nas entregas, as escalas dos operários precisam ser feitas de acordo com a disponibilidade de peças, o que leva os setores de recursos humanos a terem que negociar com os sindicatos numa rotina tensa.

“O setor automobilístico é mais afetado do que outros porque está dentro de uma cadeia global. As empresas brasileiras trazem material da Ásia, Europa, Estados Unidos e por isso há essa dificuldade de organizar a logística. A gente viu até empresa buscando, de helicóptero, peças no aeroporto”, diz Moraes. O aumento dos preços finais dos veículos acaba sendo inevitável.

Essa alta preocupa também o setor de eletrônicos, que sempre foi muito influenciado pelo câmbio. Mas, segundo o Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, há expectativa de melhora e até de crescimento

durante este ano. Os fabricantes têm buscado alternativas para atender à demanda e evitar a alta exorbitante de custos.

“Mesmo diante de uma série de dificuldades, como escassez de insumos e pressão de custos devido à desvalorização cambial, que comprometem o desempenho da atividade produtiva, a última sondagem da Abinee verificou que 82% das empresas do setor projetam crescimento para o ano em comparação com 2020. Esses números são positivos diante de um contexto de pandemia”, afirma Barbato.

Os semicondutores são fundamentais para produção de chips, diodos, transistores e outros componentes eletrônicos. Sua produção é extremamente concentrada na Ásia, região onde estão os dois maiores fabricantes - as taiwanesas Taiwan Semiconductor Manufacturing Company (TSMC) e United Microelectronics Corporation (UMC) - que controlam quase metade da produção mundial.



ESCASEZ DE INSUMOS

Para empresas que têm contratos com clientes e atrasam entregas, a dor de cabeça pela escassez de insumos pode ser maior. No entanto, os especialistas ouvidos duvidam que haja ambiente para uma judicialização dos casos. Para Gustavo Cumha Melo, a tendência é que haja quase sempre um processo de negociação amigável. “É razoável que haja um acordo. Se houver sinistro, há leis que protegem o atrasado, tendo em vista que estamos numa pandemia não esperada. Não vejo impacto nesse sentido. Mas daqui para frente, dependendo do produto, os compradores podem colocar mais cláusulas compromissórias para garantir o fornecimento”, explica Melo.

Na avaliação de especialistas, o mercado de seguros não é impactado diretamente pelo problema, devido à falta de produtos específicos para escassez de insumos. Indiretamente, há tendência de alta dos seguros de transporte de carga, pela inflação desse segmento, e com a redução nas vendas de veículos novos, há menos carros para serem segurados, o que afeta a contratação de coberturas.

OS RISCOS QUE REPRESENTAM OS GIGANTES QUE SINGRAM OS MARES

O acidente com o supercargueiro no canal de Suez chama atenção para proteções dos riscos de diversos tipos de embarcações de grandes portes também em águas brasileiras.

Cerca de 19 mil navios passaram pelo Canal de Suez em 2020, de acordo com a Autoridade do Canal de Suez – uma média de 51,5 navios por dia. No total, foram registrados 75 incidentes no canal entre 2010 e o final de 2019, mais de um terço envolveu navios porta-contêineres (28). No caso do navio Ever Given, a embarcação permaneceu encalhada no Canal de Suez por seis dias em março, obstruindo uma das principais rotas comerciais do mundo.

A sinistralidade da frota mundial apresenta ciclos de alta e redução no que diz respeito aos danos materiais das embarcações que afetam os seguros de Cascos e Máquinas. No Brasil, segundo a Diretoria de Portos e Costas da Marinha, o número total de Inquéritos sobre Acidentes e Fatos da Navegação (IAFN) foi de 1.048, em 2019, e de 906, em 2020.

Na última década, houve uma grande melhoria no volume de sinistros em riscos marítimos, com redução de cerca de 57% entre 2010 e 2019. O volume das perdas com embarcações diminuiu quase 25% a cada ano. “Essa redução se deu principalmente pelo aprimoramento de

projetos de navios, os avanços tecnológicos, a intensificada regulamentação e gestão de riscos, o que permite melhor gerenciamento de segurança. O contexto fica evidente com a constatação de que o número de grandes sinistros diminuiu cerca de 20% em 2019, em comparação a 2018”, informam os advogados especialistas Ana Basílio e Álvaro Ferraz, do escritório Basílio Advogados. Em 2008, foram 53 sinistros, e, em 2019, 41.

A redução nos níveis dos sinistros não atinge a luta da indústria de seguros contra incêndios em navios porta-contêineres. Segundo Maria Helena Carbone, consultora especializada em Riscos Marítimos, os grandes incêndios em navios porta-contêineres estão entre os maiores riscos para a indústria de navegação global, que constatou um grande incêndio no dia 7 de março de 2018 a bordo do navio porta-contêineres Maersk Honam. Cinco tripulantes morreram.

“A operação de salvamento foi desafiadora, exigiu cinco dias para controlar o fogo e mais sete semanas para que o navio pudesse ser rebocado para um porto de refúgio. O sinistro superou a casa dos US\$ 100 milhões”, relata.



“A operação de salvamento (navio de contêiner Maersk Honam) foi desafiadora, exigiu cinco dias para controlar o fogo e mais sete semanas para que o navio pudesse ser rebocado para um porto de refúgio.”

Maria Helena Carbone, consultora



Contemporaneamente, a pandemia da Covid-19 tem ajudado a aumentar a ocorrência de acidentes marítimos. O problema começa pela interrupção das atividades essenciais de manutenção e serviço, o que amplia o risco de danos às máquinas, redução nas inspeções portuárias, maiores produtos e contêineres danificados e aumento do risco de acidente com as cargas, pois as empresas que cuidam e fazem o manuseio desses bens estão encerrando suas atividades ou estão com funcionamento restrito.

Para o escritório de advocacia, foi igualmente relevante para o aumento de sinistros no último ano o fato de que, em abril de 2020, cerca de 95% da frota global de cruzeiros e navios estava parada. Isso gerou alto risco de exposições das embarcações a furacões (na América do Norte) e tufões (na Ásia).

“Apesar da melhoria gradual na última década, os últimos dois anos têm evidenciado aumento em acidentes e riscos na segurança da frota marítima. É reflexo do retrocesso das melhorias na segurança, o que gera importante aumento de riscos para as seguradoras”, avaliam os advogados.

RISCOS PROTEGIDOS

Por se tratar de bem de altíssimo valor — muitas vezes majorado pelo valor da carga que transporta —, esse mercado se desenvolveu a ponto de oferecer diversas modalidades de seguros, para garantir os mais diversos riscos atrelados ao transporte marítimo.

Ao menos 95% da frota mundial está coberta por seguros básicos como Casco e Máquinas e seguro de Proteção e Indenização (P&I), em alguma de suas modalidades. A cobertura de P&I vem 99% do exterior, onde o mercado é mais ativo e as alternativas de trabalho, melhores. No Brasil, para o P&I, como não há previsão de participação obrigatória de corretores, os seguradores e clubes estabelecem frequentemente uma relação direta com seus clientes, sem intermediação. Os clubes têm como objetivo também a prestação de serviços, o que faz com que seus clientes se sintam confortáveis com o tratamento direto.

“Existem muitos cenários de danos e responsabilidades que podem surgir de um incidente envolvendo uma embarcação. Os seguros para



“Apesar da melhoria gradual na última década, os últimos dois anos têm evidenciado aumento em acidentes e riscos na segurança da frota marítima. É reflexo do retrocesso das melhorias na segurança.”

Ana Basílio, advogada

danos ao casco e máquinas da embarcação e os de responsabilidade por danos a terceiros são os principais mecanismos de proteção financeira”, avalia.

Alfredo Chaia, Presidente do CIST (Clube Internacional de Seguros de Transportes), cita o caso do Ever Given, com possíveis danos causados à embarcação ou reclamações por obstrução do canal. “As reclamações de responsabilidade podem vir de organizações como a Autoridade do Canal de Suez por perda de receitas (e danos potenciais ao canal), bem como de outras embarcações bloqueadas na área (interrupção de negócio/ perda de aluguel ou indenização de carga atrasada)”, exemplifica.

Robert Bittar, especializado em Seguros de Transportes, reforça os riscos inerentes ao trans-



“Os grandes navios representam economia de escala para os armadores, mas também um custo muito maior quando algo dá errado. Os incidentes com grandes embarcações estão se tornando mais complexos e caros.”

Alfredo Chaia, CIST



MEDIDAS DE PROTEÇÃO

O gerenciamento de risco atua tendo como base a determinação dos perigos identificados com a atividade, quantificando os riscos associados, a fim de estabelecer as medidas de controle de acidentes. Segundo a Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil, a gestão do risco é aprimorada continuamente com a divulgação das lições aprendidas em cada acidente, gerando efeitos no campo da prevenção, educação, bem como no acompanhamento da efetividade das medidas de controle estabelecidas.

“Uma das formas de melhorar a segurança, para diminuir os riscos dos acidentes, é o aprendizado com os incidentes anteriores, o que exige a elaboração de relatórios de investigação de acidentes já ocorridos. A análise aprofundada das estatísticas de acidentes com embarcações pode ser forte subsídio na melhoria da gestão de riscos”, afirmam os advogados Ana Basílio e Álvaro Ferraz.

Para a consultora Maria Helena, cada grande sinistro tem seu lado negativo, mas também pode ser alavanca para novas normas e novos procedi-

porte internacional de cargas. “Em todas as fases pode ocorrer um dano consequente de içamento, incêndio, roubo, amolgamento, naufrágio, descarte ou intempéries da natureza. Todo e qualquer dano ou prejuízo pode, sim, estar coberto pelo seguro em alguma ou mais de uma modalidade de apólice aplicável na cadeia”, afirma.

De acordo com Carlos Polízio, coordenador da Subcomissão de Cascos Marítimos da FenSeg, as grandes embarcações para os setores de transporte de carga ou de passageiros contam com apólices contratadas, seja para proteção de casco & máquinas, seja para reparação de danos causados a terceiros.

“Diante da crescente demanda desse modal, os desafios são enormes. Entre eles, treinamento permanente de pessoal operacional, programações de manutenções preventivas, modernização e automatização dos equipamentos, novas rotas e suas respectivas infraestruturas, aumento da exposição a riscos decorrente de embarcações maiores e um volume maior embarcado, conhecimento das regiões com maiores exposições ao risco”, aponta.

mentos. “Começando pelo Titanic, a partir do qual os navios passaram a ter que dispor de embarcações salva-vidas suficientes para o número de pessoas a bordo”, informa.

Especialistas e seguradoras vêm alertando que o aumento do tamanho dos navios está levando a um maior acúmulo de risco. Esses temores agora estão se concretizando, potencialmente compensados pelas melhorias de longo prazo na segurança e no gerenciamento de riscos. “Os grandes navios representam economia de escala para os armadores, mas também um custo muito maior quando algo dá errado. Os incidentes envolvendo embarcações de grande porte estão se tornando mais complexos e caros”, diz Alfredo Chaia.



“Há empresas especializadas na mitigação de riscos, inclusive para reduzir danos a terceiros. No processo de subscrição, as seguradoras levam em conta ações de prevenção de perdas adotadas pelas empresas.”

Carlos Polizio, FenSeg



“Os principais portos do mundo e também os armadores investem frequentemente em tecnologia dos equipamentos de movimentação e treinamento de pessoal de forma a minimizar riscos.”

Robert Bittar, especialista em Seguros de Transporte



“Parte dos acidentes é caracterizada por decisões equivocadas. Planejar significa, em muitos casos, a necessidade de desviar dos riscos iminentes. Por mais que existam ‘big datas’, a imprevisibilidade existe.”

Paulo Alves, FenSeg

Os profissionais que atuam na prevenção de acidentes em geral são analistas de risco, muitas vezes das próprias seguradoras, e têm auxílio de projetistas das navegações. Algumas empresas têm estrutura própria voltada ao gerenciamento de risco, incluindo programas constantes de treinamento, simuladores para diversas áreas de navegação e novas tecnologias para monitoramento das embarcações. “Há empresas especializadas na mitigação de riscos, inclusive para reduzir exposições de danos a terceiros. No processo de subscrição, as seguradoras levam em conta ações de prevenção de perdas adotadas pelas empresas”, relata Carlos Polizio.

Para Robert Bittar, toda a cadeia do transporte marítimo conta com profissionais altamente treinados para operações seguras, incluindo protocolos de segurança internacionais. “Os principais portos do mundo e também os armadores investem frequentemente em tecnologia dos equipamentos de movimentação e treinamento de pessoal de forma a minimizar riscos, isto é uma constante dado o nível de conscientização de todos, mesmo que haja a cobertura securitária para o reembolso. O dano de imagem e prejuízos subsequentes são muito considerados nessa atividade”.

Paulo Alves, Presidente da Comissão de Transportes da FenSeg, ressalta que a tecnologia, como GPS e sonares, deve apoiar muitas decisões, assim como nos acidentes aéreos nos quais não existe um único fator determinante, mas um conjunto de fatores. “Parte dos acidentes é caracterizada por decisões equivocadas. Planejar significa, em muitos casos, a necessidade de desviar dos riscos iminentes. Por mais que existam ‘big datas’ apoiando o planejamento da viagem e sustentando decisões, em algumas situações a imprevisibilidade existe”, avalia.

AS GRANDES LIÇÕES DA PANDEMIA PARA O SETOR DE RESSEGUROS

Segmento mostrou forte contribuição à sociedade e deve tornar-se ainda mais dinâmico com as novas mudanças promovidas na legislação brasileira.

A pandemia trouxe várias lições para o setor de resseguros, e a adaptação foi rápida. Mesmo ainda se tratando de um momento cheio de “interrogações” para todos nós, como destaca Eduardo Toledo, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Corretagem de Resseguro (Abecor). A começar pela nova forma de trabalho remota até os processos extremamente complexos e operacionais que permeiam o mercado. Graças aos investimentos em tecnologia e comunicação, o nível de entrega foi mantido.

“A ferramenta do resseguro mostrou-se fundamental para retribuir à sociedade em forma de indenizações as perdas decorrentes da pandemia, dentre elas, perda de renda, devoluções de prêmios pagos em decorrência de diversos fatores, como, por exemplo, empresas aéreas que mantiveram suas aeronaves em solo e frotas de automóveis, que diminuíram suas circulações”, cita Toledo.

Além das perdas por cancelamento de grandes eventos e os sinistros de seguros de vida que foram pagos, mesmo com a cláusula de exclusão de pandemia, o setor amargou despesas do seguro saúde com as internações e custos altíssimos para o tratamento da Covid-19. “Ninguém sabe ao certo quanto o impacto da pandemia vai custar ao resseguro no Brasil, mas as perdas estão sendo contabilizadas, e a conta chegará”, ressalta.

Segundo Nilton Haiter, presidente da Comissão de Resseguros da CNseg, um estudo realizado pela Ernest Young em 2020, mostra que as resseguradoras foram inicialmente vistas como mais expostas a grandes perdas com sinistros, especialmente por conta de seus contratos de resseguro não-proporcional. Essa percepção ainda está sendo amadurecida, mas as seguradoras têm observado impacto no negócio no curto e médio prazos. “As seguradoras podem se deparar com a necessidade de injeções de capital para cumprir requerimentos de solvência e liquidez”, alerta.



“Ninguém sabe ao certo quanto o impacto da pandemia vai custar ao resseguro no Brasil, mas as perdas estão sendo contabilizadas, e a conta chegará.”

Eduardo Toledo, Abecor



De acordo com Hailer, devido ao aumento da sinistralidade, as seguradoras de vida com maiores passivos de longo prazo e com capacidade limitada para subscrição de novos negócios devem sofrer impactos mais fortes. “Em geral, as seguradoras deverão promover ajustes importantes nas provisões técnicas atuariais estimadas, tendo em vista as bruscas mudanças provocadas pela quarentena e os impactos da doença na vida e na saúde das pessoas”, pontua.

EM NÚMEROS – Paula Lopes, Vice-Presidente da Abecor, informa que em 2020 o prêmio global total de seguros foi de aproximadamente US\$ 6,1 trilhões, sendo US\$ 3,4 trilhões para non-life. “Por conta da pandemia, o prêmio global foi reduzido em 3%, em comparação a 2019, enquanto os prêmios do seguro de vida caíram 6%. Já a perda global por catástrofe natural foi de US\$ 81 bilhões em 2020, e as causadas pelo homem geraram US\$ 8 bilhões em perdas seguradas”.

Ela acrescenta que a pandemia e outras catástrofes atingiram fortemente vários mercados no primeiro trimestre de 2020, especialmente os segmentos de “cancelamento de eventos” e de *workers compensation* que nos Estados Unidos,

por exemplo, foi muito prejudicado por enormes perdas de emprego.

“Adicionalmente, os seguros massificados foram impactados por paralisações e falências e podem demorar a se recuperar se muitos varejistas, restaurantes e lojas de serviços fecharem suas portas. Por outro lado, a carteira de automóveis teve uma melhoria histórica na sinistralidade, considerando a redução da frequência de acidentes”, compara.

● ● ● EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Eduardo Toledo comenta que o Brasil e o mundo estão vivendo uma situação de emergência climática que já vem causando prejuízos catastróficos para o mercado ressegurador, com perdas físicas e tragédias humanas incalculáveis em decorrência de enchentes, furacões, tempestades, secas, queimadas e até perdas por poluição do ar e dos oceanos. “A indústria do agronegócio é duramente afetada por essas catástrofes, o que acende o alerta para a segurança alimentar e hídrica num planeta com 7 bilhões de habitantes”.

Para ele, a pandemia mostrou de uma forma dura o quanto o planeta precisava respirar. “Não

podemos fechar os olhos para a realidade, a conta é impagável. Os mercados resseguradores não vão sustentar essa situação sem transferir para a sociedade aumentos drásticos e inserção de cláusulas de exclusões relacionadas a essas mudanças”.

Recentemente, foi criada uma força-tarefa por 22 grupos de seguradores e resseguradores globais que vai ajudar a identificar, avaliar e divulgar os riscos relacionados às mudanças climáticas e seus impactos na subscrição e precificação dos seguros. “O objetivo principal é levar a sociedade a compreender, prevenir e reduzir os impactos climáticos. Esta é uma das formas com que o mercado ressegurador poderá contribuir para um planeta mais sustentável”, afirma Toledo.

● ● ● PERDAS OPERACIONAIS

Nos últimos três anos, o mercado tem vivenciado aumentos de taxa e condições como não se via antes, com aumentos de dois dígitos percentuais e, em alguns casos, de até três. O Diretor Técnico da Abecor, Paul Conolly, diz que as resseguradoras sempre tiveram lucros financeiros que poderiam ajudar a compensar possíveis perdas operacionais. Com os juros baixos, o ganho operacional precisa tornar-se importante e as



empresas estão bem mais conservadoras na hora de subscrever um risco.

“A subscrição passou a sofrer uma pressão bem maior, pois as empresas não podem depender, quando a sinistralidade sobe, dos resultados financeiros”, analisa. Conolly acrescenta que, pelo que indicam os estudos publicados, o balanço das resseguradoras vem melhorando, mas ainda não está no nível ideal. “É importante separar também os resultados globais dos resseguradores dos resultados locais. Como estamos num país com pouca exposição a intempéries da natureza, os resseguradores têm conseguido apresentar bons resultados nos últimos anos aqui no Brasil”, ressalta.

Sobre a linha de Responsabilidade Civil, Conolly diz que o ramo tem sofrido ajustes dos termos e condições gerais dos contratos, como qualquer outra, mas que, em razão da característica do mercado brasileiro, essas correções têm sido menos fortes. “Hoje, a maioria dos riscos fica dentro da capacidade automática das seguradoras e assim o mercado internacional consegue influenciar menos aqui no Brasil. Os maiores riscos, que demandam resseguro facultativo, têm tido aumentos entre 10% e 20%, enquanto outras linhas aumentam bem acima disso”.



“Como estamos num país com pouca exposição a intempéries da natureza, os resseguradores têm conseguido obter bons resultados nos últimos anos aqui no Brasil.”

Paul Conolly, Abecor



PRINCIPAIS MUDANÇAS

Para falar das mudanças importantes que ocorreram nos últimos tempos, Nilton Haiter diz que é importante voltar a 2015, ano em que foi instituída a Comissão Consultiva de Resseguros, criada por meio da Resolução nº 322, de 20 de julho de 2015, do CNSP, e depois referendada pela Resolução CNSP nº 325, de 30 de julho de 2015.

“A Comissão Consultiva foi um marco importante, principalmente para manter a interlocução entre os setores público e privado para o aprimoramento cada vez maior do mercado de resseguros e da sua legislação. Naquele momento, foram plantadas as sementes de muitos assuntos importantes que mudariam o mercado”, afirma.

Os principais tópicos discutidos na Comissão Consultiva foram limites de cessão de resseguro e retrocessão; reserva ou preferência ao ressegurador local; operações intragrupo; seguro e resseguros de grandes obras; obras públicas e concessões; clausulado de resseguros (e seguros) de pessoa jurídica de grande porte; e exigências regulatórias conexas. “Esses tópicos foram norteadores das mais importantes mudanças ocorridas nos últimos tempos no mercado brasileiro de seguros e resseguros”, pontua Haiter.



“Não se desenvolve sustentavelmente um mercado de seguros, principalmente de Commercial Lines, sem um mercado de resseguros local forte e atuante.”

Nilton Haiter / CNseg

Para o mercado de resseguro, as principais mudanças ocorreram em 2017 com as Circulares Susep N° 545 e 562, além da Resolução do CNSP N° 353, que foram fundamentais para que os resseguradores internacionais continuassem a manter suas operações no Brasil, apoiando a pandemia e suportando o crescimento de importantes linhas comerciais, as chamadas *Commercial Lines*, que podem crescer ainda mais com as mudanças que estavam por vir, como a nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Além de conferir maior utilidade ao *performance bond*, um grande diferencial trazido pela nova legislação está no chamado *step in*. “Em linhas gerais, o *step in* ocorre na materialização de um sinistro, em que a obrigação da seguradora de indenizar poderá ser substituída pela prestação da obrigação assumida pelo tomador no contrato principal, objeto do seguro garantia. Será uma faculdade da seguradora optar pelo pagamento da indenização ou pelo *step in*”, explica.

Já a Resolução CNSP 407/2021, juntamente com a Circular nº 621/2021, altera a forma de registros dos produtos na Susep e visa segregar a regulação de seguros para cobertura de grandes riscos e massificados, dadas as diferentes comple-

xidades desses seguros. “São avanços promovidos pela Susep com o objetivo de desregulamentar o setor, aumentar o número de produtos oferecidos, a cobertura do seguro no País e, consequentemente, oferecer ao cliente um melhor pacote de soluções, de forma mais ágil e flexível”.

Nilton Haiter destaca também a publicação, em 16/12/2020, da Resolução CNSP nº 396, que entrou em vigor em 04 de fevereiro de 2021, dispondo sobre operações de resseguro ou retrocessão e seu financiamento por meio de dívida vinculada a riscos de resseguro, também conhecido como *Insurance Linked Securities* (ILS), que é a cessão do resseguro via mercados de capitais. Em geral nos mercados internacionais, o ILS está ligado a variáveis climáticas ou desastres naturais.

Para finalizar, Haiter diz que o mercado de seguros e resseguros brasileiro ainda tem muito para crescer. “Não se desenvolve sustentavelmente um mercado de seguros, principalmente de Commercial Lines, sem um mercado de resseguros local forte e atuante. E só conseguiremos isso através das condições favoráveis que criamos juntos para nosso setor, e a Comissão de Resseguros da CNseg teve e tem um papel fundamental nesse sentido”.

SEGURADORAS TÊM PREJUÍZOS COM CANCELAMENTOS DE EVENTOS

Perdas mundiais em 2020 são estimadas em US\$ 6 bilhões. No Brasil, o segmento que movimentava até R\$ 30 milhões em prêmios não chegou a R\$ 2 milhões no ano passado.

Sem data certa para acabar, a pandemia vem fazendo estragos no setor de eventos em nível global. O exemplo mais emblemático é a Olimpíada de Tóquio, no Japão. Previsto para acontecer em 2020, o maior evento esportivo do mundo foi transferido para julho deste ano, mas ainda pairam dúvidas no ar sobre a viabilidade de realização dos jogos. Toda essa incerteza se traduz em doses de adrenalina para seguradoras e resseguradoras.

Um eventual cancelamento dos jogos poderia gerar um sinistro de cerca de US\$ 3 bilhões, avalia o Comitê Olímpico Internacional. Especialistas asseguram que esse valor, se concretizado, representará a maior perda para o mercado segurador na história de cancelamento de eventos. Como se não bastasse as Olimpíadas, outro grande evento mundial está batendo à porta: a Copa do Mundo do Catar 2022, cujo seguro está avaliado em US\$ 900 milhões. Haja emoção!

Em todo o mundo, as perdas estimadas com o cancelamento de eventos, entre eles festivais, conferências e competições esportivas, podem ter beirado os US\$ 6 bilhões em 2020, segundo estimativas do Grupo Howden Broking. No Brasil, os números que envolvem esse mercado são mais modestos, mas não menos preocupantes. Até 2019, o segmento costumava gerar por ano entre R\$ 20 milhões e R\$ 30 milhões em prêmios no País. Em 2020, as estimativas apontam que o total de vendas não chegou a R\$ 2 milhões.

A Presidente da Comissão de Responsabilidade Civil da FenSeg, Lilian Greco, ressalta que os dados disponíveis não são oficiais, sendo apenas circunscritos às seguradoras que comercializam seguros de eventos. Explica-se: o produto agrupa diferentes ramos de contabilização, o que dificulta a precisão estatística por parte da Susep. São eles: Responsabilidade Civil, Riscos Diversos e Acidentes Pessoais.

Em linhas gerais, as apólices mais caras nesse segmento concentram-se nos grandes eventos (shows, concertos e grandes competições), que contratam coberturas de alto risco, geralmente as que envolvem cancelamento, adiamento ou interrupção. Esses eventos eram responsáveis até 2019 por 90% dos prêmios anuais obtidos pelas seguradoras. O restante ficava a cargo dos pequenos e médios (feiras, exposições, festas etc.), que não costumavam apostar – por conta do preço mais alto – em coberturas de ‘no show’. Antes da pandemia, a sinistralidade estimada nesse mercado estava entre 30% e 40%, segundo a FenSeg.

A estimativa é de que, somente em março de 2020, a sinistralidade pode ter ultrapassado R\$ 10 milhões. “Foi um impacto forte, visto que estávamos no início do ano, e o prêmio ainda não havia atingido um valor relevante”, destaca.



“O risco tornou-se muito alto para novos contratos, além disso, não existe uma avaliação concreta sobre as perdas que ainda podem acontecer em razão da pandemia.”

Lilian Greco / FenSeg



“Como muitos optavam por contratar num período muito próximo ao evento, em 2020 não conseguiram mais ter cobertura para cancelamento por conta da Covid-19.”

Ricardo Minc / Affinité Corretora



“A cobertura de Responsabilidade Civil é a que a maioria dos organizadores contrata, até por conta muitas vezes de exigências do próprio espaço onde o evento é realizado.”

Rodrigo Mentor / Seguros Eventos



ACORDO INÉDITO

Com a chegada do coronavírus, muita coisa mudou. O primeiro impacto sentido nesse segmento foi o cancelamento de apólices já contratadas em troca da devolução total do prêmio por parte das seguradoras, um acordo considerado inédito, firmado por conta da situação atípica causada pela pandemia. Isso ocorreu com a maior parte das apólices que cobriam pequenos e médios eventos.

Nos contratos para grandes eventos que tinham entre as cláusulas doenças transmissíveis como fato gerador de cancelamento, o sinistro foi inevitável. Lilian Greco pontua que a cobertura de risco causado por doenças transmissíveis era vendida até então como adicional, assim como terrorismo, por exemplo. “Muitos não viam o fator pandemia como um risco provável, portanto, não era muito comum estar presente nos contratos aqui no Brasil”.

A presença dessa cláusula nos contratos tornou-se inviável com o advento do novo coronavírus. Segundo ela, a primeira alteração que todas as seguradoras fizeram após o surgimento da pandemia foi a retirada das cláusulas de qualquer indício de cobertura de cancelamento por conta de doenças transmissíveis.

“O risco tornou-se muito alto para novos contratos, além disso, não existe uma avaliação concreta sobre as perdas que ainda podem acontecer em razão da pandemia. Sabemos que todas as seguradoras com capital internacional receberam essa orientação”, informa.

Até meados de agosto de 2020, afirma a Presidente da Comissão de RC da FenSeg, o mercado ficou completamente parado para novas cotações de seguros de eventos. Os únicos movimentos nesse segmento estavam atrelados a sinistros e cancelamento de apólices. O cenário melhorou um pouco a partir do segundo semestre, quando foi percebida uma retomada do setor de eventos,

adaptado à nova realidade. Eventos on-line ou presenciais (com restrições e medidas de segurança) e opções de entretenimento *drive-thru* surgiram e demandaram uma adequação do setor de seguros.

“Eventuais restrições de aceitação para coberturas mais expostas, especialmente ‘no show’, e adequação de novas coberturas, para a cobrir riscos durante a filmagem e proteger equipamentos, passaram a ficar mais frequentes nas apólices. Em contrapartida, coberturas de Responsabilidade Civil com foco em riscos a terceiros ficaram menos demandadas em razão da ausência de público”, afirma.

O mercado brasileiro para seguro de eventos também registrou a saída de vários players. Alguns deles, por exemplo, optaram por encerrar as atividades para esse tipo de seguro em 2020 em nível mundial, incluindo o Brasil. Com menos seguradoras atuando no mercado, redução do volume de prêmios, aumento da sinistralidade e novos riscos condicionados a essa carteira, não houve jeito: o preço do seguro de eventos ficou mais alto.



MUDANÇAS NO MERCADO

Ricardo Minc, Diretor Geral da Affinité Corretora, há mais de 20 anos especializada nesse tipo de produto, observou mudanças no mercado a partir da chegada da pandemia ao Brasil. Até 2019, ele costumava fechar em torno de mil apólices por ano, sendo cerca de 30 para grandes shows com cobertura completa, ou seja, incluindo riscos de cancelamento, adiamento e interrupção do evento por não comparecimento do artista ('no show'), condições climáticas adversas etc.

"As seguradoras estão mais criteriosas para fechar um contrato de seguro de evento, e as apólices ficaram entre 30% e 50% mais caras, porque diminuiu o número de empresas no mercado e aumentaram as exclusões de riscos", relata.

Ricardo diz que esse mercado enfrenta o costume do brasileiro de "deixar tudo para última hora". Segundo ele, entre janeiro e fevereiro de

2020, portanto antes da chegada efetiva do coronavírus ao Brasil, muitos produtores o procuraram para contratar seguro. "Já víamos algumas seguradoras no Brasil excluindo riscos do contrato, como cancelamento por doenças transmissíveis, pois o vírus já havia aparecido na China".

Ele explica que o fato de muitos optarem por contratar apólices com pouca antecedência da data de realização do evento acabou levando prejuízo aos organizadores num ano pandêmico. "Não há diferença de preços se você contrata o seguro meses ou uma semana antes do evento. Como muitos optavam por contratar num período muito próximo ao evento, em 2020 não conseguiram mais cobertura para cancelamento por conta da Covid-19. Na minha corretora, por exemplo, não tivemos nenhum sinistro por cancelamento no ano passado", afirma.

Embora o setor esteja em um momento nebuloso, Minc acredita que há uma demanda

reprimida e o mercado voltará a crescer à medida que a pandemia for recuando. No Brasil, o setor de eventos faturava por ano, até 2019, cerca de R\$ 250 bilhões, segundo dados da Abrafesta (Associação Brasileira de Eventos). "Acho que toda essa crise trouxe uma consciência maior para os produtores e organizadores de eventos sobre a necessidade de se contratar seguros e com antecedência. A pandemia veio nos mostrar que não temos controle de nada, tudo pode acontecer", diz.

Rodrigo Mentor, sócio da Seguro de Eventos, uma das plataformas da Mentor Seguros, também reforça que não houve em sua corretora casos de sinistro por cancelamento em 2020. A maior parte das apólices que vende para o setor de eventos envolve apenas cobertura de RC. "A cobertura de Responsabilidade Civil é a que a maioria dos organizadores contrata, até por conta muitas vezes de exigências do próprio espaço onde o evento é realizado", informa.



“Será necessário pensar efetivamente em produtos que atendam o mercado de eventos híbridos (presencial e online), que vieram para ficar. Vai ser uma retomada gradativa.”

Juliana dos Santos / Axpert Underwriting

Antes da pandemia, a corretora vendia de 600 a mil apólices por ano. Em 2020, se chegamos a 10% desse volume foi muito, diz Rodrigo. Ele ressalta, entretanto, que a carteira sempre foi tranquila em termos de sinistralidade. “Já tratei de alguns sinistros fora da curva, mas no geral sempre deu bons resultados”.

Juliana Sabrina dos Santos, sócia-fundadora da Axpert Underwriting Assessoria de Seguros, especializada em consultoria e subscrição de seguros de eventos, lembra que a cobertura adicional por doença transmissível era extremamente barata antes da pandemia, pois era classificado como um risco pouco provável. No pós-pandemia, acredita ela, o mercado terá que se atualizar para se adaptar a um novo momento. “Será necessário pensar efetivamente em produtos que atendam o mercado de eventos híbridos (presencial e online), que vieram para ficar. Vai ser uma retomada gradativa. Já vemos lá fora alguns eventos com aglomeração sendo realizados”, avalia.

O Chairman da THB Brasil, Paulo Leão de Moura Junior, ressalta que seguro de eventos exige uma análise precisa das necessidades dos segurados. “Cada evento é um risco específico, portanto, a especialidade de quem vende e fórmula esse tipo de produto é fundamental. É um dos seguros mais abrangentes”, pontuou.



“Cada evento é um risco específico, portanto, a especialidade de quem vende e fórmula esse tipo de produto é fundamental. É um dos seguros mais abrangentes.”

Paulo Leão de Moura Jr / THB Brasil

MEDIDA PROVISÓRIA DISPÕE SOBRE SETORES DE TURISMO E CULTURA

Assinada pelo Presidente Jair Bolsonaro em 17 de março de 2021, a Medida Provisória 1.036/21 atualizou a Lei 14.046/2020, que prevê regras relacionadas ao adiamento e cancelamento de serviços, reservas e eventos dos setores de turismo e de entretenimento. A MP alterou alguns termos amplos da legislação, de modo a deixá-la mais específica. O novo texto substituiu, por exemplo, ‘estado de calamidade pública’ por ‘pandemia de Covid-19’ como fator gerador das regras. Além disso, deixou de forma clara a extensão da validade da lei (até 31 de dezembro de 2022).

A Presidente da Comissão de Responsabilidade Civil da FenSeg, Lilian Greco, explica que tanto a Lei 14.046

como a MP visam dar possibilidades aos setores de turismo e eventos no sentido de protegê-los de impactos imediatos. A lei prevê que, antes do pedido direto por reembolso pelo cliente, o fornecedor possa oferecer a remarcação e/ou a disponibilização de crédito para abatimento na compra de outros serviços.

A legislação retirou a previsão de eventuais indenizações por danos morais, multas ou outras penalidades impostas pelo artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor. “O efeito disso para o setor de seguros de eventos ajuda a mitigar ou postergar eventual incremento de sinistros por cancelamentos de eventos”, assinala Lilian.



O Velho e o Mar



Tudo é Rio

Opinião | Juliana Pereira, advogada e presidente do Instituto de Pesquisa e Estudos da Sociedade e Consumo - IPSConsumo

Esse best-seller escrito por Ernest Hemingway, prêmio Nobel de Literatura em 1954, conta a história de Santiago, um velho pescador, homem íntegro, que acredita em si mesmo. Persistente, comprometido com seus propósitos, ele não se deixa abater diante dos infortúnios da vida - ao contrário, lida com cada um deles de forma consciente e determinada. A mensagem de confiança e persistência e, em especial, de sabedoria para lidar com conquistas aparentes e derrotas iminentes faz desse livro leitura obrigatória em vários momentos da vida - e parece muito apropriado para o atual momento em que precisamos de inspiração, persistência e sabedoria para sobreviver e manter a lucidez diante desse mar aberto, revolto e desconhecido chamado Covid-19 e seus respectivos impactos sanitários, sociais e econômicos.

///Sinopse

Um experiente pescador sofre por quase três meses sem fisgar sequer um peixe e, somado a isso, perde a ajuda do menino Manolin, seu fiel e atencioso amigo, que precisa trabalhar em outro barco. Convicto da necessidade de mudar seu ciclo de má sorte, que há tempos o persegue, ele parte sozinho para o mar aberto e, após dias e noites solitárias e frustrantes, finalmente consegue fisgar o maior peixe de sua vida. O livro apresenta com peculiar maestria sonhos e pensamentos, tristezas e alegrias do velho pescador, durante seus longos momentos de espera por uma fisgada e, quando ela acontece, sua heroica luta contínua diante da resistência e força do grande peixe que ele mantém preso em seu anzol.

Os capítulos finais narram o desfecho dessa luta, os momentos angustiantes, porque nos damos conta de que ambos são bravos guerreiros, cada um a seu modo, buscando sobreviver e manter-se fiel à sua natureza. Por outro lado, a narrativa fica tão sensível que é possível até imaginar um diálogo respeitoso, envolvente e profundo entre eles. Poesia e simplicidade que alimentam a alma!

Autor: Ernest Hemingway
Editora: Bertrand Brasil
Edição – 2013

Opinião | Marcio Buainain, professor do Instituto de Economia da Unicamp e jurado do Prêmio de Inovação em Seguros

O prazer proporcionado por "Tudo é Rio" começou antes mesmo da leitura, quando o descobri em uma pequena livraria de Belo Horizonte, que resiste sabe-se lá como e oferece aos frequentadores aquele ambiente de paixão literária que hoje só se encontra em obras de ficção. O livro conta uma história forte, com poesia, muita poesia. Monta um novelo enredado, que a autora, estreante, vai desfazendo com maestria, fluidez e graça, usando cada fio para envolver os leitores e leitoras em uma teia da qual só se libertarão quando chegarem ao ponto final. Tem passagens belíssimas, que precisam ser degustadas, lidas e relidas, para prolongar o deleite e melhor captar o conteúdo, às vezes, escondido pela leveza e poesia do texto. Nestes tempos de pandemia é bom lembrar que tudo é rio e que nunca nos banhamos no mesmo rio. Até porque o mesmo rio não existe. A metáfora do rio, reforçada pela certeza de que tudo é rio, nos traz esperanças.

///Sinopse

Com uma narrativa madura, precisa e ao mesmo tempo delicada e poética, o romance narra a história do casal Dalva e Venâncio, que tem a vida transformada após uma perda trágica, resultado do ciúme doentio do marido, e de Lucy, a prostituta mais depravada e cobiçada da cidade, que entra no caminho deles, formando um triângulo amoroso. Na orelha do livro, Martha Medeiros escreve: "Tudo é rio é uma obra-prima, e não há exagero no que afirmo. Na primeira leitura, essa entrega mais lenta é quase impossível, pois a correnteza dos acontecimentos nos leva até a última página sem nos dar chance para respirar. É preciso nos manter à tona ou a gente se afoga." A metáfora do rio se revela por meio da narrativa que flui - ora intensa, ora mais branda - de forma ininterrupta, mas também por meio do suor, da saliva, do sangue, das lágrimas, do sêmen, e Carla faz isso sem ser apelativa, sem sentimentalismo barato, com a habilidade que só os melhores escritores possuem.

Autora: Carla Madeira
Editora: Grupo Editorial Record
Edição – 2014



VOCÊ NÃO PRECISA ESTAR SÓ QUANDO UM IMPREVISTO COLOCA SUA VIDA DE CABEÇA PARA BAIXO

Saber mais sobre os seguros é sempre um caminho para administrar incertezas.

E ter uma **fonte de informação confiável** é ainda mais importante.

A **Conjuntura CNseg** é uma publicação da Confederação Nacional das Seguradoras que abrange um universo de temas qualificados sobre seguros, previdência privada, saúde suplementar e capitalização.

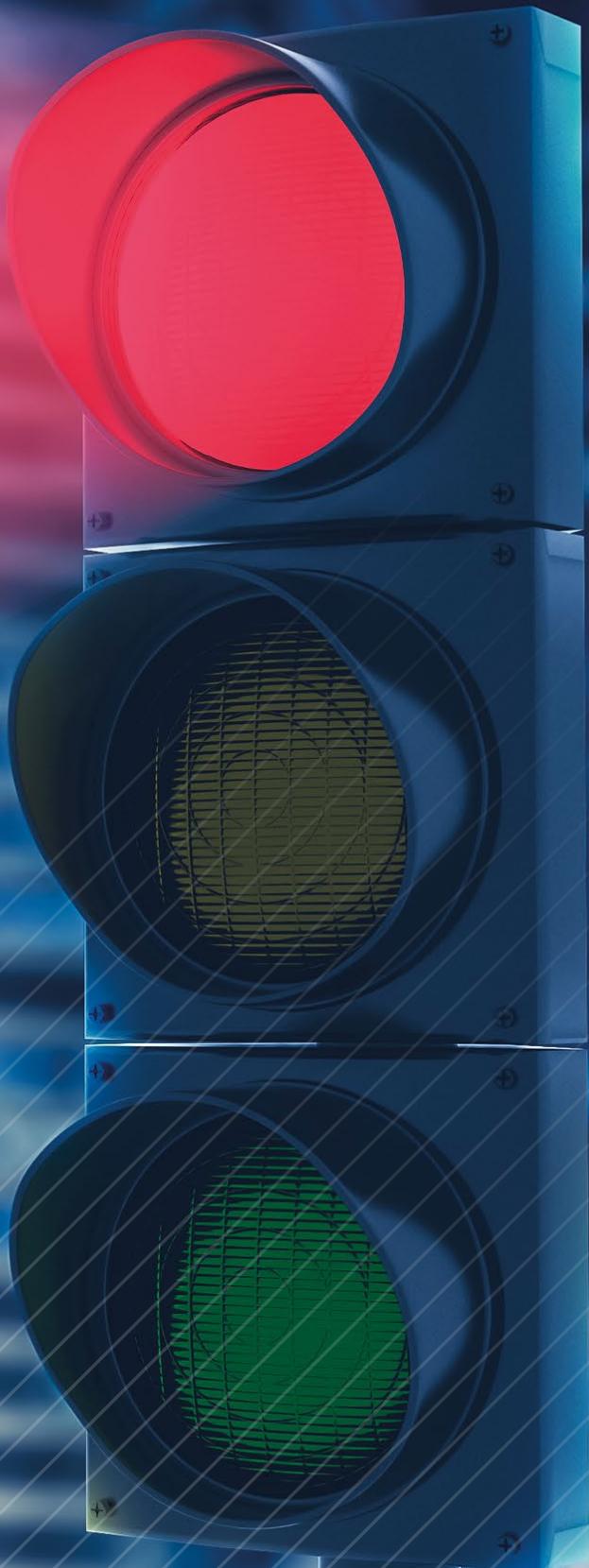
Amplo material estatístico, acompanhado de análises do ambiente econômico e político e do desempenho do mercado de seguros, avaliação de impacto regulatório, estudos jurídicos, questões ASG, produção acadêmica, estão entre os assuntos da publicação.

Acesse cnseg.org.br e fique mais seguro sobre as regras, os principais conceitos, coberturas e a importância de um setor que entende de proteção.



70 ANOS | 1951 >> 2021
c n s e g . o r g . b r

A PROTEÇÃO
VEICULAR
NÃO
GARANTE
PROTEÇÃO



Mais informações em:
seguroautosim.com.br

